

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**  
**Mestrado Profissional**

**INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS:  
A PERSPECTIVA DA PROFESSORA DE CIÊNCIAS  
EM TURMAS COM ESTUDANTES PRIVADOS DE LIBERDADE**

**Silvana Durães Soares**

Uberlândia  
2023

**INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS: A PERSPECTIVA DA  
PROFESSORA DE CIÊNCIAS EM TURMAS COM ESTUDANTES PRIVADOS DE  
LIBERDADE**

**Silvana Durães Soares**

Dissertação e produto educacional apresentados no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, da Universidade Federal de Uberlândia, para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e Matemática – Mestrado Profissional.

**Linha de Pesquisa:** Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática.

**Orientador:** Prof. Dr. José Gonçalves Teixeira Júnior

Uberlândia  
2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S676 2023	<p>Soares, Silvana Durães, 1973- Infecções sexualmente transmissíveis [recurso eletrônico] : a perspectiva da professora de ciências em turmas com estudantes privados de liberdade / Silvana Durães Soares. - 2023.</p> <p>Orientador: José Gonçalves Teixeira Júnior. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Modo de acesso: Internet. Disponível em: <a href="http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.649">http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.649</a> Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Ciência - Estudo ensino. I. Teixeira Júnior, José Gonçalves ,1977-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 50:37</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



### ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ensino de Ciências e Matemática				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional - PPGCEM				
Data:	08/09/2023	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	12012ECM027				
Nome do Discente:	Silvana Durães Soares				
Título do Trabalho:	Infecções Sexualmente Transmissíveis: a perspectiva da professora de Ciências em turmas com estudantes privados de liberdade				
Área de concentração:	Ensino de Ciências e Matemática				
Linha de pesquisa:	Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se por video conferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, assim composta: Prof. Dr. José Gonçalves Teixeira Júnior - orientador (ICENP/UFU); Prof. Dr. Sandro Prado Santos (INBIO/UFU); Profa. Dra. Luciana Aparecida Siqueira Silva (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Urutai). Iniciando os trabalhos o presidente da mesa apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa. A seguir, o presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu os conceitos finais. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O componente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **José Gonçalves Teixeira Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/09/2023, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Prado Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/09/2023, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Aparecida Siqueira Silva, Usuário Externo**, em 11/09/2023, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4807150** e o código CRC **05B81394**.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar uma sequência didática sobre a temática infecções sexualmente transmissíveis desenvolvida em uma turma da Educação de Jovens e Adultos – ensino fundamental, em uma escola estadual localizada em um presídio, na região do Triângulo Mineiro. Tendo em vista que a saúde prisional vem gradativamente sendo colocada em pauta no cenário das políticas públicas, por meio da educação e com ações preventivas, mediante as publicações das legislações que estabelecem e conduzem o processo de cuidado à saúde das pessoas privadas de liberdade. Esta dissertação tem como objetivos: contribuir para que os estudantes privados de liberdade compreendam a necessidade de se proteger contra as ISTs no ambiente prisional; orientar sobre os cuidados e os tratamentos quando infectado; elaborar uma sequência didática para que outros/as professores/as de Ciências que atuam na EJA e/ou em sistemas prisionais, abordem a temática IST e, elaborar um material didático (produto educacional) que oriente a PPL sobre as principais ISTs que ocorrem no sistema prisional. A vivência como docente neste sistema prisional possibilitou a constatação de que as pessoas privadas de liberdade convivem com uma quantidade de patologias consideráveis para a saúde, pois o ambiente é insalubre e muitas vezes violento, além de sofrer principalmente com o preconceito e a discriminação da sociedade. É notória a precariedade com relação à assistência à saúde dos internos. Dessa forma, durante as aulas do conteúdo de Ciências e Biologia, traçam-se estratégias de ensino para explicar sobre as infecções sexualmente transmissíveis, prevenção e tipos de sintomas. Assim, a partir das reflexões geradas nesta dissertação foi possível elaborar o produto educacional intitulado “Abordagem sobre as infecções sexualmente transmissíveis: conhecendo a prevenção, os riscos e os cuidados necessários”, que foi validado por quatro professores de Ciências que atuam na EJA. Espera-se que este material sobre IST, possa oportunizar reflexões e estratégias metodológicas para que outros docentes de Ciências que atuam na Educação de Jovens e Adultos desenvolvam ações visando a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem.

**Palavras-chaves:** Infecções Sexualmente Transmissíveis; Pessoas Privadas de Liberdade; Educação de Jovens e Adultos; Relato de Experiência.

## ABSTRACT

The present research aimed to analyze a didactic sequence on the topic of sexually transmitted infections developed in a Youth and Adult Education class – elementary school, in a state school located in a prison, in the Triângulo Mineiro region. Bearing in mind that prison health has gradually been put on the agenda in the public policy scenario, through education and preventive actions, through the publication of legislation that establishes and guides the process of health care for people deprived of liberty. This dissertation aims to: help students deprived of liberty understand the need to protect themselves against STIs in the prison environment; provide guidance on care and treatments when infected; develop a didactic sequence so that other Science teachers who work in EJA and/or prison systems can address the STI theme and, develop a teaching material (educational product) that guides the PPL on the main STIs that occur in the prison system. The experience as a teacher in this prison system made it possible to see that people deprived of liberty live with a number of considerable health pathologies, as the environment is unhealthy and often violent, in addition to suffering mainly from prejudice and discrimination in society. . The precariousness regarding health care for inmates is notorious. Therefore, during Science and Biology content classes, teaching strategies are outlined to explain sexually transmitted infections, prevention and types of symptoms. Thus, based on the reflections generated in this dissertation, it was possible to develop the educational product entitled “Approach to sexually transmitted infections: understanding prevention, risks and necessary care”, which was validated by four Science teachers who work at EJA. It is hoped that this material on IST can provide opportunities for reflection and methodological strategies so that other Science teachers working in Youth and Adult Education can develop actions aimed at improving teaching and learning processes.

**Keywords:** sexually transmitted infections; persons deprived of liberty; Youth and Adult Education.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	8
INTRODUÇÃO .....	11
REVISÃO DA LITERATURA.....	13
1.    Sobre o processo de escolarização no sistema prisional.....	13
2.    O Ensino de Ciências na Educação de Jovens e Adultos.....	16
3.    Sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis .....	19
METODOLOGIA .....	26
Caracterização do local da pesquisa .....	27
Sobre as aulas ministradas sobre IST.....	28
Sobre a reelaboração da sequência didática .....	29
Resultados e Discussão .....	31
1) o início.....	31
2) a escola .....	33
3) a escolarização no sistema prisional .....	36
4) as aulas de Ciências .....	39
5) as aulas sobre IST.....	42
6) o produto educacional.....	50
Considerações finais .....	56
REFERÊNCIAS.....	59

## APRESENTAÇÃO

Nasci na Cidade de Curvelo-MG e vim para Uberlândia em 1993, em busca de melhores oportunidades para minha vida pessoal e profissional e assim concluir o ensino médio. Durante a minha infância, adolescência e parte da juventude, minha vida foi muito pobre e repleta de muita violência doméstica. Os sonhos foram sendo adiados porque eu tinha que trabalhar e o salário era para suprir as maiores necessidades.

Em 2010, mudei para Patos de Minas-MG para cursar a minha primeira graduação, em uma universidade particular, na qual comecei pagando as mensalidades e depois consegui o financiamento estudantil - FIES, vindo a me formar em Ciências Biológicas no período de 2010 a 2013, aos 40 anos de idade. Fui a primeira pessoa de minha família a possuir um diploma universitário, tanto da família do meu pai quanto dos familiares de minha mãe. Em 2017 tive a oportunidade de realizar uma pós-graduação na Universidade Federal de Uberlândia – UFU, sobre Direitos Humanos, voltados para o ensino fundamental e médio e também cursar à distância na modalidade EAD a minha segunda licenciatura, em Pedagogia, em uma instituição particular. Hoje, próxima dos 50 anos, estou em busca de mais um sonho e aperfeiçoamento, cursando o Mestrado Profissional no Ensino de Ciências e Matemática PPGECM – UFU. Mesmo diante alguns problemas pessoais, Deus tem me dado força para continuar seguindo em frente, buscando ser uma pessoa melhor, com uma qualificação de qualidade para mediar os conhecimentos científicos de maneira criativa.

Em 2014 não consegui atuar como professora e só em fevereiro de 2015 assumi um cargo de professora no Sistema Prisional, no qual trabalho até o presente momento, nos períodos matutino e vespertino. Fui contratada como professora de Ciências e Biologia na modalidade da Educação para Jovens e Adultos - EJA, anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Desde o início, foi um grande desafio para minha atuação docente, principalmente pelo fato de não ter tido no curso de licenciatura, qualquer informação de como atuar com discentes nessa especificidade. Tanto para a EJA, como para o sistema prisional. Assim, tive que desvelar como interagir com esses/as alunos/as e construir e adequar os processos de ensino e de aprendizagem de acordo com os diferentes níveis de conhecimento deles/as e em sintonia com as diferentes origens socioeconômicas.



No início do ano de 2020 com o caos relacionado à pandemia do COVID-19 os trabalhos ficaram de modo remoto e um tanto complicados. O material enviado<sup>1</sup> pelo governo de Minas Gerais foi construído para trabalhar séries regulares<sup>1</sup>. Entretanto, para a EJA do sistema prisional, não possui material específico e os estudantes não têm acesso à internet para acessar os links das apostilas ou aplicativos de aulas para tirar dúvida. Diante disso, o material impresso era enviado para os estudantes na cela, estipulando o assunto para eles realizarem os exercícios e, após uma semana, era recolhido pelos agentes penitenciários e entregue aos professores de cada área de conhecimento para ser corrigido. Mediante o controle do COVID-19, no início do ano de 2022, os trabalhos voltaram a ser realizados de maneira presencial.

Atualmente, continuo na mesma escola, atuando como professora no ensino de Ciências dos anos finais do fundamental e também como professora regente de turma do 1º ao 4º ano das séries iniciais - alfabetização. Percebo que ser professora não é tarefa fácil e não poderia ser diferente neste ambiente, de maneira que o Estado reconhece que deveríamos receber o percentual de insalubridade e periculosidade, porém não recebemos. Por ser uma escola inserida dentro desse sistema, precisamos conviver com regras para a segurança de todas as pessoas. Para entrar na unidade passamos por uma revista, que no início de minha contratação era por detector de metal ou revista corporal, hoje contamos com uma máquina (bodyscan) que realiza o raio-X do nosso corpo para identificar a presença ou não de materiais e/ou substâncias proibidos de adentrar na unidade.

Durante essa trajetória como professora para os privados de liberdade, tenho percebido o quanto a ausência da educação escolar acarretou problemas para eles/as. Durante as aulas de Ciências que leciono, os/as alunos/as relatam várias situações desfavoráveis que vivenciaram, em geral, decorrentes da falta de orientações da família e, também, da escola. No início de minha contratação, esse presídio contava com a prisão de mulheres e de homens. Dessa forma cheguei a lecionar no pavilhão feminino. No entanto, devido algumas mudanças internas do sistema penitenciário, estamos trabalhando apenas

---

<sup>1</sup> O Plano de Estudo Tutorado (PET) foi disponibilizado aos professores em 2020, consistindo em apostilas mensais que agregavam um conjunto de atividades e orientação de estudos, considerando as habilidades e objetos de aprendizagem de cada ano de escolaridade (1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio) de cada componente curricular, e respeitando a carga horária mensal ofertada ao estudante. De acordo com as informações disponíveis na época, pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, o conteúdo foi construído de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

com estudantes do sexo masculino. O pavilhão liberado para os estudos possui aproximadamente 200 detentos, dos quais 170 são alunos, tanto no turno matutino, quanto no turno vespertino.

Os estudantes que frequentam minhas aulas têm idades variadas, entre 18 até 60 anos e, devido à minha formação estar relacionada com a natureza humana, muitos me confundem com uma médica ou outra profissional da saúde. Sempre me perguntam sobre alguma dor ou mal-estar, assim como dúvidas sobre diferentes problemas de saúde. Algumas vezes passam mal dentro da sala de aula, queixam-se de dor de dente e quando conseguem ir ao dentista da unidade, a única solução é a extração. Isso acontece com frequência e com estudantes de qualquer idade. Quando é um caso de doença infectocontagiosa, a cela ou pavilhão inteiro fica de quarentena, no entanto, quando estes voltam às atividades normais, relatam que ficam simplesmente trancados, sem suporte adequado ao tratamento. Muitas vezes, os problemas são ocasionados pela falta de higiene pessoal ou pela ausência de compreensão sobre cuidados básicos para evitar doenças e infecções.

Uma dúvida recorrente é em relação às infecções sexualmente transmissíveis (IST). Assim, como professora de Ciências, conhecedora da situação em que vivem os estudantes privados de liberdade com relação às IST, decidi investigar alternativas que fossem de fácil entendimento para eles no sentido obter orientações sobre cuidados, sintomas, tratamento e do esclarecimento prévio a fim de evitar a contaminação. Neste sentido, a proposta desta investigação visa a elaboração de um material didático (produto educacional) sobre as IST com orientações para que outras professoras e outros professores de Ciências, que atuem na EJA, possam inserir estas discussões em suas aulas. Assim, orientar os estudantes privados de liberdade a buscarem o tratamento e, principalmente, como evitá-las.

## INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação refere-se à minha vivência enquanto professora de Ciências e à situação da saúde das pessoas privadas de liberdade na especificidade das Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs, tais como: HIV/AIDS, e hepatites que prevalecem nas prisões. Trata-se de uma situação que afeta a População Privada de Liberdade (PPL) e que se problematiza mediante o conteúdo curricular Ciências, pois este pode possibilitar a abordagem e o esclarecimento sobre essas doenças, inclusive sobre sua prevenção e tratamento, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para essas pessoas. Registra-se que as ISTs, em geral, não são devidamente esclarecidas e, muitas vezes, estão permeadas por tabus e com informações incorretas.

Segundo a Constituição Federal de 1988, instituiu os direitos e deveres dos apenados no Brasil, o princípio da dignidade da pessoa humana, estabelece que todos sejam iguais perante a lei, observando os direitos humanos, pois as pessoas que se encontram detidas porque cometem delitos, continuam sendo seres humanos, independente da responsabilidade criminal (BRASIL, 1988).

A motivação para realização deste estudo é a busca pela promoção da melhoria na qualidade de vida desta população por meio das aulas de Ciências sobre as ISTs, que se deram ao longo da minha trajetória como docente em turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) em uma escola estadual localizada dentro de um presídio, na região do triângulo mineiro. Atuo nesta escola como professora de Ciências dos anos finais do ensino fundamental (6º, 7º e 8º períodos) e como professora regente de turma dos anos iniciais, alfabetizando (1º, 2º, 3º e 4º períodos). Além disso, justifica-se a elaboração desta dissertação devido serem raras as publicações que analisam e discutem as situações envolvendo o ensino de Ciências nesta realidade educacional.

Este trabalho é fruto de inquietações que foram surgindo durante atuação docente, nos quais foi possível compreender a forma que se estabelecem os processos educativos para jovens e adultos dentro das prisões, em quais contextos e qual o público que hoje estão privados de liberdade no País.

Para fundamentar as análises e questionamentos que emergiram ao longo deste estudo, apoio nas legislações que regem o sistema educacional, em especial para as PPL, e

na literatura, em artigos, dissertações e teses sobre as experiências escolares em sistemas prisionais, buscando identificar outras possibilidades para o trabalho nas aulas de Ciências.

Nesta perspectiva, com o ingresso no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática, com o propósito de continuar a minha capacitação enquanto profissional da educação, surge o interesse em pesquisar outras possibilidades de trabalhar o tema ISTs, buscando elaborar uma proposta de ensino que facilite a aprendizagem desses conceitos para os estudantes da EJA e, mais especificamente, para aqueles que estão privados de liberdade. Assim, este trabalho procura responder à seguinte questão: “Quais os limites e as possibilidades para a construção de uma sequência didática sobre ISTs desenvolvida com estudantes da EJA privados de liberdade?”.

O objetivo geral desta dissertação é oportunizar aprendizagens aos/às estudantes privados/as de liberdade nas aulas de Ciências sobre as principais Infecções Sexualmente Transmissíveis. E, como objetivos específicos: i) analisar as experiências vivenciadas pela professora-pesquisadora ao longo de oito anos em uma escola no sistema prisional; ii) analisar o desenvolvimento de uma sequência didática sobre IST para uma turma da EJA; iii) elaborar uma sequência didática para que outros/as professores/as de Ciências que atuam na EJA e/ou em sistemas prisionais, abordem a temática IST; iv) contribuir para que a PPL se proteja contra as ISTs no ambiente prisional; v) orientar sobre os cuidados para evitar a contaminação e os tratamentos quando infectado para estes estudantes.

Desta forma, esta dissertação está organizada em cinco sessões. Nas duas primeiras, apresentei fragmentos sobre a motivação para esta investigação. Na sequência, trago a revisão da literatura, com as legislações e as produções acadêmicas a respeito da escolarização no sistema prisional, sobre o ensino de Ciências na Educação de Jovens e Adultos e as principais questões relacionadas à saúde da população privada de liberdade, com destaque às infecções sexualmente transmissíveis – foco desta dissertação. Na quarta seção, apresento a metodologia deste trabalho e na quinta seção, analiso a minha atuação como professora da EJA e, principalmente do sistema prisional. Nesta seção explico e analiso sobre o que faço, como faço e porque faço o que faço em minhas aulas de Ciências, buscando refletir sobre as possibilidades de mudanças na minha prática profissional. Na sequência apresento o produto educacional produzido durante o mestrado e as considerações finais.

## REVISÃO DA LITERATURA

### 1. Sobre o processo de escolarização no sistema prisional

Quando pensamos nos processos educativos no contexto das pessoas privadas de liberdade, é importante que os professores compreendam a singularidade e os limites deste processo de escolarização, afinal,

Ao privar uma pessoa da sua liberdade, encarcerando-a, pretende-se retirá-la da convivência social normal, retendo-a num espaço criado exclusivamente para mantê-la afastada do resto da sociedade. Quando se priva uma pessoa da sua liberdade, o processo de “compreensão do mundo, de si mesmo, da interrelação entre os dois” se torna mais problemático. Existem filtros que complexificam uma compreensão da realidade externa que resulta num processo de fragmentação das interrelações entre o mundo externo e o mundo interno do preso (IRELAND, 2012, p. 20).

Nesta perspectiva, Leme (2007) afirma que: As salas de aula localizadas nas penitenciárias, não se limitam a um mero local de estudo com lousa e carteiras. É nesse ambiente que o aprendizado escolar ocorrerá de maneira formal, representando uma significativa oportunidade para muitos presos. Para alguns, será a primeira chance de aprender a ler e escrever; para outros, a possibilidade de concluir os estudos e traçar um futuro diferente. Essa "cela de aula", como a autora se refere, é um espaço onde pode ser semeada a esperança, a transformação e a reintegração social por meio da educação.

Assim, no Brasil, desde a Constituição Federal de 1988 é garantido o princípio da universalidade da educação, que é compreendida como um “direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando em pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Entretanto, apesar do código penal brasileiro afirmar que “preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade” (BRASIL, 1984a), de acordo com relatório do Sistema Nacional de Informações Penais, em dezembro de 2022, quase metade da população carcerária (48%) tinha o ensino fundamental incompleto e apenas 12% tinham o ensino médio completo (BRASIL, 2022).

Barcelos (2020) credita esta distorção ao fato de que

especificamente no que se refere ao direito à educação da pessoa em situação de privação de liberdade, a LDBEN não é explícita. O que esta lei estabeleceu, assim como a CF/1988, foi o direito ao ensino e o dever de educar mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria, além da oferta de ensino regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades (BARCELOS, 2020, p. 47).

Concordo com Ireland (2012) quando este destaca a importância da educação como um direito à população carcerária, mas sem esquecer de outros direitos, como a saúde, o trabalho e a segurança. Além disso, o autor afirma que “reconhecer a centralidade da educação, não cair na contradição de depositar nesta a responsabilidade de resolver, por si só, o problema da violência e da criminalidade e de “habilitar” a pessoa privada de liberdade para a sua reentrada na sociedade” (IRELAND, 2012, p. 23).

Assim, o direito à educação escolar, de acordo com Teixeira (2007), é considerado um

princípio fundamental que deve ser preservado e enfatizado é que a educação no sistema penitenciário não pode ser entendida como privilégio, benefício ou, muito menos, recompensa oferecida em troca de um bom comportamento. Educação é direito previsto na legislação brasileira. A pena de prisão é definida como sendo um recolhimento temporário suficiente ao preparo do indivíduo ao convívio social e não implica a perda de todos os direitos (TEIXEIRA, 2007, p. 17).

Desta forma, a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1994) garante a oferta de “cursos supletivos de educação de jovens e adultos”, além da instalação de “salas de aulas destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante” nos presídios. Além disso, é garantido ao estudante privado de liberdade que “o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação” (BRASIL, 1994b). Assim, “a não garantia de permanência do jovem na escola é uma das primeiras violações de direitos desta população” (VELOSO, 2020, p. 408).

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais:

Compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nestas unidades – dirigentes, técnicos e agentes – são educadores e devem estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo (BRASIL, 2010, p. 14).

Em 2011, O Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Nacional de Educação em Prisões (PNEP), que tem como objetivo fornecer oportunidades educacionais para os detentos. O programa oferece desde o ensino fundamental até o superior, além de atividades de formação profissional, culturais e esportivas. Neste contexto, o plano pondera que as atuais políticas educacionais buscam considerar e valorizar a diversidade dos sujeitos promovendo o acesso à educação independentemente de sua idade, com respeito a suas culturas e modos de vida e suas especificidades em termos de aprendizagem, com base nas concepções de educação inclusiva e equidade, evidenciando que:

No caso específico de jovens e adultos que em suas histórias de vida tiveram seus direitos sociais negados, sem acesso a processos educacionais formais ou com trajetórias interrompidas, a oportunidade de ofertas educacionais que integrem a educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos é uma questão de direito a ser garantido pelo Estado brasileiro. Ao mesmo tempo trata-se de estratégia vital para a garantia de continuidade do desenvolvimento do país tendo como horizonte a geração de riquezas, a diminuição das desigualdades sociais e a construção da autonomia dos cidadãos e da soberania da nação. (BRASIL, 2011, p. 66-67).

Para aqueles que buscam uma compreensão mais aprofundada dos processos de construção de práticas e discussões no campo do direito a educação dos jovens privados de liberdade, recomendo a leitura da análise documental produzida por Esteves, Pinheiro e Correio (2019). No texto, os autores analisam a legislação brasileira e várias produções e pesquisas relacionada aos processos de escolarização das pessoas privadas de liberdade, dando destaque aos problemas que afetam a população mais jovem, identificando temáticas emergentes e as demandas prioritárias, a fim de subsidiar a elaboração e o encaminhamento de propostas para a melhoria das condições destes processos.

Segundo Paulo Freire,

A educação libertadora [...] é a que se propõe, como prática social, a contribuir para a libertação das classes dominadas. Por isso mesmo, é uma educação política, tão política quanto a que, servindo às classes dominantes, se proclama, contudo, neutra. Daí que uma tal educação não possa ser posta em prática, em termos sistemáticos, antes da transformação revolucionária da sociedade (Freire, 2003, p. 89).

A educação libertadora torna o homem mais humano, desenvolvendo uma consciência crítica, a consciência de si e dos outros. Desta maneira o homem torna-se sujeito de sua transformação, bem como da sociedade, construindo uma nova história.

Antes de concluir este tópico, mas sem a prerrogativa de esgotar tais discussões, compreende-se ainda que é de extrema importância refletir sobre a dificuldade que os egressos penitenciários enfrentam para se integrarem ao mercado formal de trabalho, mesmo aqueles que possuem qualificações. A capacitação profissional não é suficiente para viabilizar a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, já que o cenário é marcado por um elevado número de profissionais qualificados desempregados, o que torna o mercado cada vez mais seletivo e focado em novas competências. Além disso, um dos principais obstáculos que estas pessoas enfrentam é o preconceito enraizado na sociedade em relação àqueles que possuem histórico criminal. O medo de reincidência criminal ou a crença de que essas pessoas são incapazes de se reintegrar à sociedade podem prejudicar seriamente suas chances de encontrar trabalho formal (DANTAS, 2017; PADOVANI; RISTUM, 2013; VELOSO, 2020)

## **2. O Ensino de Ciências na Educação de Jovens e Adultos**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino voltada para pessoas que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos na idade apropriada. Essa modalidade é oferecida em diferentes níveis educacionais, como ensino fundamental e médio, e possui algumas características distintas do ensino regular. A EJA pode ser pensada para atender às necessidades dos estudantes adultos, levando em conta suas realidades, experiências de vida, seus conhecimentos anteriores e ritmos de aprendizagem.

A EJA desempenha um papel importante na promoção da inclusão social, oferecendo oportunidades educacionais a grupos vulneráveis e marginalizados, como



trabalhadores sem qualificação, pessoas em situação de rua ou detentos que desejam se qualificar e se reintegrar à sociedade.

Nas escolas regulares, os estudantes da EJA voltam para a escola, muitas vezes, em busca da escolarização que o mercado de trabalho exige. Porém, chegam cansados depois de um dia de trabalho, com pouco tempo para se dedicar aos estudos e, muitas vezes, com muitas histórias e vivências. Para o sistema prisional, algumas destas características continuam válidas, como foi explicado no item anterior.

Enquanto , no processo opressor, as elites vivem da “morte em vida” dos oprimidos e só na relação vertical entre elas e eles se autenticam, no processo revolucionário só há um caminho para a autenticidade da liderança que emerge: “morrer’ para reviver através dos oprimidos e com eles. Na verdade, enquanto no primeiro é lícito dizer que alguém oprime alguém, no segundo, já não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas os homens se libertam em comunhão (FREIRE,2019, p.179)

Desta forma, é importante que os professores de Ciências selecionem conteúdos que tenham relações com a vida dos jovens e dos adultos, problematizando os temas, discutindo suas concepções, buscando a contextualização com relações com o mundo do trabalho, suas escolhas e atuações cotidianas (BRASIL, 2002). Assim, cabe ao professor estimular o estudante a compreender a “relação de mão-dupla entre necessidades sociais e evolução das tecnologias, valorização a manutenção e a melhoria das condições de saúde, a qualidade de vida e a conservação dos ecossistemas naturais” (BRASIL, 2002, p. 102).

Sobre a seleção dos conteúdos científicos para as aulas na EJA, Pires e colaboradores (2002) destacam que:

É preciso selecionar temas e problemas relevantes para o grupo de alunos, de modo que eles sejam motivados a refletir sobre as suas próprias concepções. Essas concepções podem ter diferentes origens: na cultura popular, na religião ou no misticismo, nos meios de comunicação e ainda na história de vida do indivíduo, sua profissão, sua família etc. São explicações muitas vezes arraigadas e preconceituosas, chegando a constituir obstáculo à aprendizagem científica. Os estudos, as discussões e a atuação do professor devem ajudar os alunos a perceber e a modificar suas explicações. Portanto, é essencial oferecer oportunidades para que desenvolvam o hábito de refletir sobre o que expressam oralmente ou por escrito. Sob a condução do professor, os alunos questionam-se e contrapõem as observações de fenômenos, estabelecendo relações entre informações. Assim, podem tornar-se indivíduos mais conscientes de suas opiniões, mais flexíveis para alterá-las e mais tolerantes com opiniões

diferentes das suas. Essas atitudes colaboram para que o aluno cuide melhor de si e de seus familiares, permanecendo atento à prevenção de doenças, às questões ambientais, e se utilize das tecnologias existentes na sociedade de forma também mais consciente (PIRES *et al.*, 2002, p. 304).

Há várias pesquisas sobre o ensino de Ciências para a EJA que tratam das especificidades do trabalho e da formação docente (ABRAMOWICZ, 2019; WIELEWSKI, 2019; BÄR, 2020; BATISTA, 2021; LAMBACH, 2022; PORTO, 2022) e de propostas metodológicas (DIAS, 2019; OLIVEIRA, 2019; BARSANTE, 2019; NEVES, 2020; CONTE, 2021).

Carvalho (2018) analisou as concepções que os docentes que ministram aulas de Ciências apresentam sobre a EJA podem influenciar as produções e seleções curriculares nesta modalidade, demonstrando a preocupação dos docentes em explorar e valorizar as experiências de vida que os alunos carregam. Abramowicz (2019) investigou como os docentes planejam e desenvolvem suas aulas de Ciências para a EJA, no Ensino Fundamental, no Rio Grande do Sul, assim como analisa quais recursos utilizam para as aulas e quais as dificuldades que estes encontram nestes processos. Bär (2020) investigou quem são os alunos da EJA, quais as suas necessidades, seus interesses e juntamente com o professor de Ciências, verificar quais são as práticas pedagógicas utilizadas diante do perfil encontrado em sala de aula e quais as facilidades e dificuldades no trabalho com a EJA, entre outros elementos. Batista (2021) analisou os discursos referentes à avaliação da aprendizagem dos professores que ministram o componente curricular Ciências, nos ciclos III e IV da EJA, em escolas da rede pública municipal de João Pessoa. Lambach (2022) realizou uma pesquisa visando conhecer a prática pedagógica de professoras e pedagogas atuantes na EJA, visando construir uma proposta didática para o ensino de Ciências sobre a importância do autocuidado e da diabetes tipo 2. Wielewski (2019) analisou as percepções dos professores de Ciências que atuam na EJA em relação à formação continuada e as contribuições desta formação para o desenvolvimento de suas aulas. Porto (2022) analisou as concepções de licenciandos em Ciências Naturais a respeito da EJA e as maneiras como os cursos de licenciaturas em Ciências Naturais existentes no Brasil vêm concebendo a formação docente na modalidade no contexto dos seus Projetos Políticos Pedagógicos.

Dias (2019) investigou as concepções de sexualidade de alunos(as) da EJA, bem como propôs e desenvolveu uma intervenção pedagógica formativa sobre educação sexual em uma escola provisoriamente alocada em um assentamento, no município de Monte

Alegre de Minas/MG. Oliveira (2019) analisa a utilização de dispositivos móveis como objetos de aprendizagem multimídia nas aulas de Ciências para a EJA, possibilitando que os estudantes acessassem imagens em 3D, simulações, animações e vídeos e, assim verificar a influência destes para a motivação dos estudantes em aprender Ciências. Barsante (2019) elaborou, aplicou e analisou as possíveis contribuições do uso de um jogo paradidático acerca da automedicação no contexto da EJA em uma turma do ensino médio, no estado de Minas Gerais. Neves (2020) discute em seu trabalho as potencialidades da interdisciplinaridade, as temáticas de fronteiras e as possíveis relações com a EJA, além de organizar uma proposta pedagógica interdisciplinar para o ensino de Ciências da EJA para o ensino fundamental e médio. Conte (2021) elaborou e avaliou uma proposta didática buscando orientar professores de Ciências Naturais no desenvolvimento de atividades de Ciências relacionadas ao uso e a importância do sabão no cotidiano doméstico, devido a situação de pandemia da Covid-19 para estudantes da EJA. Araújo (2021) propôs uma sequência didática sobre o tema Poluição como proposta de ensino para a EJA, em uma escola da rede pública de Campina Grande/PB.

No próximo tópico, apresento os trabalhos relacionados às produções sobre as infecções sexualmente transmissíveis.

### **3. Sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis**

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos e transmitidas principalmente através do contato sexual sem proteção com uma pessoa infectada. A transmissão também pode ocorrer da mãe para a criança durante a gestação, parto ou amamentação. Menos comum, mas ainda possível, é a transmissão por contato de mucosas ou pele não íntegra com secreções corporais contaminadas. A prevenção é essencial, incluindo o uso de preservativos e a busca por diagnóstico precoce e tratamento adequado (BRASIL, 2023).

Inicialmente, a terminologia padrão utilizada era "DST" (Doenças Sexualmente Transmissíveis). No entanto, com o avanço do conhecimento científico sobre o tema e o entendimento de que nem todas as infecções sexualmente transmissíveis levam

necessariamente a doenças sintomáticas, começou-se a utilizar cada vez mais o termo "IST" (Infecções Sexualmente Transmissíveis) em substituição a "DST".

O Decreto de Nº 8.901/2016, publicado no D.O.U em 11/11/2016, que muda a nomenclatura do termo "DST" para "IST". Consta que as ISTs refletem a ideia de que algumas infecções podem estar presentes sem causar sintomas aparentes, mas ainda assim podem ser transmitidas de uma pessoa para outra durante o ato sexual. Ou seja, a pessoa pode ser portadora da infecção sem manifestar sintomas claros de uma doença (BRASIL, 2023).

De acordo com as informações do Ministério da Saúde, existem diversos tipos de infecções sexualmente transmissíveis, mas os exemplos mais conhecidos são: herpes genital, cancro mole (cancroide), HPV, doença inflamatória pélvica (DIP), donovanose, gonorreia e infecção por clamídia, linfogranuloma venéreo (LGV), sífilis, infecção pelo HTLV e, tricomoníase. As ISTs podem se manifestar por meio de feridas, corrimentos, verrugas anogenitais e outros sintomas como dor pélvica, ardência ao urinar e aumento de ínguas. Exemplos incluem herpes genital, sífilis, gonorreia, tricomoníase, infecção pelo HIV, HPV e hepatites B e C. As IST surgem principalmente nos órgãos genitais, mas também podem aparecer em outras partes do corpo, como palmas das mãos, olhos e língua (BRASIL, 2023).

Nos últimos anos, há várias dissertações e teses que analisam diferentes aspectos relacionados às propostas metodológicas, intervenções e compreensões de professores e estudantes sobre IST (MENDES, 2005; BAPTISTA, 2011; COSTA, 2013; SILVA, 2013; RODRIGUES, 2013; GENZ, 2014; FREITAS, 2014; VIANA, 2019, SILVA, 2019; MESQUISTA, 2019, ROCHA, 2020; STANKOWSKI, 2020; OLIVEIRA, 2022).

Mendes (2005) analisou as concepções de jovens de 15 a 20 anos, matriculados em uma escola da EJA do ensino fundamental, em Florianópolis, sobre seus entendimentos sobre adolescência, gênero e AIDS, a partir da realização de grupos de discussões sobre as temáticas. A pesquisadora aponta a necessidade das escolas em propor ações permanentes de prevenção, de educação sexual e de tomada de consciência com relação à sexualidade e aos significados atribuídos a ela e às relações de gênero pelos jovens. Baptista (2011) analisou os conhecimentos de 775 adolescentes, na faixa dos 14 anos, em onze escolas públicas em Minas Gerais sobre modos de prevenção e de transmissão de DST/HIV. A pesquisa visou também determinar a prevalência de comportamentos de risco entre os adolescentes e traçar os perfis de vulnerabilidades juvenis. O pesquisador verificou

diferenças substanciais no comportamento sexual entre os adolescentes, com destaque para a maior vulnerabilidade das meninas. Verificou também a existência de preconceitos e a falta de compreensão sobre conceitos básicos relacionados às DST/AIDS.

Costa (2013) avaliou a aplicação de um plantão educativo sobre DST/HIV/AIDS com adolescentes de aproximadamente 15 anos, de uma escola pública em Imperatriz – MA, analisando o conhecimento dos adolescentes quanto ao acesso e uso de serviços de saúde, as fontes de informação utilizadas sobre DST/HIV/AIDS, e, os conhecimentos, comportamentos e as atitudes quanto às práticas sexuais seguras frente às DST/HIV/AIDS antes e depois da intervenção educativa. Silva (2013) analisou como era a abordagem sobre as IST nas aulas de professores que lecionavam Ciências para o ensino fundamental e Biologia para o ensino médio, com adolescentes na faixa etária entre 11 e 18 anos, em escolas estaduais de Sorocaba - SP, que, segundo dados levantados na época pela pesquisadora, era a região com o maior índice de casos com IST. A pesquisadora verificou a falta de preparo sobre o assunto por parte dos professores de Ciências/Biologia nas escolas, apontando os desafios e as possibilidades desta temática, buscando alternativas para melhorar as abordagens em suas aulas.

Rodrigues (2013) avaliou as intervenções sobre gravidez na adolescência e IST realizadas em duas escolas em Patos - PB, com 108 estudantes do ensino fundamental regular. A pesquisadora verificou mudanças no conhecimento dos estudantes sobre alguns métodos contraceptivos e na prevenção de IST. Aponta ainda a importância de tais ações como potencializadoras para que os estudantes sejam multiplicadores em saúde, contribuindo para que as informações recebidas nas escolas resultem em melhorias na saúde da população. Genz (2014) avaliou o conhecimento sobre IST, de 532 adolescentes entre 10 e 19 anos, matriculados em uma escola municipal em Pelotas-RS. A pesquisadora apontou a necessidade da realização de atividades educativas junto à escola por meio de profissionais capacitados para proporcionar aos adolescentes maior conhecimento sobre temas como sexualidade e saúde reprodutiva incluindo o conhecimento sobre IST e suas formas adequadas de preveni-las.

Freitas (2014) avaliou a aplicação de uma proposta educativa, com adolescentes de aproximadamente 16 anos, em três escolas públicas de Fortaleza - CE, para prevenção de DST/HIV utilizando estratégias a análise pelos adolescentes de um site educativo, seguido da

participação em uma roda de conversa. A pesquisadora apontou que a estratégia possibilitou melhoria no conhecimento e da prática da promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes. Viana (2019) avaliou os conhecimentos de estudantes do ensino médio, entre 15 e 18 anos, quanto ao tema sexualidade em uma escola pública, em Minas Gerais. A partir desta pesquisa, sugeriu ações de melhorias nos processos de ensino e de aprendizagem através de uma proposta de capacitação para professores, intermediando uma ação social no âmbito escolar, sobretudo permitindo acesso às informações das IST, visando estabelecer vínculos entre os professores, os alunos e as famílias.

Silva (2019) analisou as percepções de 227 alunos e de 16 professores, em oito escolas públicas de Minas Gerais, com o objetivo de verificar o conhecimento prévio dos alunos menores de 18 anos sobre as infecções e suas formas de prevenção, determinar como eles avaliam o ensino que recebem sobre as IST e identificar as principais estratégias para abordagem das IST nas escolas. Já Mesquita (2019) analisou os processos de ensino e de aprendizagem relacionados ao tema ISTs em uma turma do primeiro ano do Ensino Médio regular – aproximadamente 15 anos, em uma escola estadual, em Pernambuco. Durante as atividades, foi aplicado um jogo de tabuleiro – com questões de verdadeiro e falso envolvendo problemas relacionados a contágio, doença, prevenção e tratamento. Na sequência, realizou-se uma roda de conversa, leitura de textos e de estudos de casos sobre ISTs, seguido de pesquisas realizadas pelos estudantes sobre os microrganismos causadores de ISTs e da elaboração de materiais paradidáticos.

Rocha (2020) analisou o processo de construção de tecnologias educacionais para a promoção do autocuidado de adolescentes escolares sobre IST, a partir de um grupo focal com adolescentes de 10 a 16 anos, em Recife, com o objetivo de identificar (re)conhecimentos, necessidades e cuidados que os mesmos consideraram necessários para subsidiar a construção de tecnologias educacionais, na promoção do autocuidado na saúde sexual e prevenção das IST. Stankowski (2020) realizou um curso de formação continuada com professores sobre prevenção de IST, identificando relatos sobre a carência dos adolescentes em relação às informações adequadas para se cuidar, sobre a ausência de referências profissionais ou familiares para tratar destes assuntos. A pesquisadora verificou a necessidade de inserção de discussões nas escolas sobre a contracepção e por consequência, muitos relatos dos professores sobre altos índices de natalidade na faixa

etária dos 15 aos 19 anos. Da mesma forma, a pesquisadora verificou inúmeros relatos sobre o abuso de álcool e drogas, assim como o aumento de casos de adolescentes com ISTs. Oliveira (2022) construiu e avaliou um jogo didático instrucional intitulado “prevenindo”, que aborda a prevenção da gravidez e das IST na adolescência. O jogo foi aplicado por dez professores de Ciências em diferentes escolas educação básica e fundamental, com estudantes menores de 15 anos, no Rio Grande do Sul, podendo ser esclarecidas muitas dúvidas dos estudantes.

Verifica-se assim que a maior parte dos trabalhos relacionados aos processos de ensino e ou de aprendizagem sobre as IST são voltados aos adolescentes e às crianças, assim como para os professores que atuam com este público. Não foram identificados trabalhos no âmbito das dissertações e teses que analisem estes aspectos voltados para a escolarização de jovens e adultos, muito menos para aqueles privados de liberdade. Por isso, considera-se essencial que sejam ampliadas propostas pensadas especificamente para esta população.

De acordo com o relatório das Nações Unidas, elaborado em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS):

É comum que as ações voltadas ao HIV/AIDS precisem ser adotadas em contextos onde as condições de privação de liberdade são ultrapassadas e se encontram abaixo dos padrões recomendados. Situações de superpopulação, violência, iluminação e ventilação naturais insuficientes e falta de proteção contra condições climáticas extremas são comuns em unidades prisionais em todo o mundo. Quando essas condições se associam a inadequações nos meios de higiene pessoal e de nutrição, à falta de acesso à água potável e a serviços médicos deficientes, cresce a vulnerabilidade da população privada de liberdade à infecção pelo HIV e outras doenças infecciosas, aumentando também as taxas de morbidade e mortalidade relacionadas ao HIV. Condições abaixo dos padrões podem ainda dificultar ou mesmo impedir a implementação de respostas eficazes ao HIV/AIDS por parte dos profissionais penitenciários. Dessa maneira, a ação de prevenir a transmissão da infecção pelo HIV em ambientes prisionais e de disponibilizar serviços de saúde às pessoas que vivem com HIV/AIDS nesse meio se insere em esforços mais amplos de melhoria das condições de privação de liberdade (UNAIDS, 2007, p. 3-4).

Desta forma, a prevenção à transmissão do HIV em ambientes prisionais e a oferta de serviços de saúde às pessoas com HIV/AIDS faz parte de uma abordagem mais ampla para melhorar as condições de privação de liberdade (UNAIDS, 2007, p. 3-4).

Em relação às dissertações e teses que investigaram as IST nos sistemas prisionais foram identificadas poucas produções e todas relacionadas à área de saúde (GOIS, 2021; ARAÚJO, 2021; LÔBO, 2019; MARTINS, 2018).

Gois (2021) analisou os fatores associados com a infecção pelo HIV na população privada de liberdade do estado do Paraná. A pesquisadora destaca que estas pessoas apresentam em média cinco vezes mais chances de contaminação pelo HIV do que a população em geral, que isso se deve a condições do próprio ambiente prisional, associado a fatores comportamentais característicos dessa população. “A implantação de estratégias educativas – principalmente relacionadas aos riscos das doenças sexualmente transmissíveis, homossexualidade e uso de drogas injetáveis – pode contribuir para uma redução deste cenário” (GÓIS, 2021, p. 45). Por isso, a importância de ampliar as ações de informação e prevenção de IST no ambiente prisional.

Araújo (2021) analisou e comparou as condições de acesso ao serviço de saúde de mulheres encarceradas com a população feminina geral no Brasil. A pesquisa mostrou que dentre as mulheres privadas de liberdade há maior tendência aos testes, já que estas se percebem mais vulneráveis as IST/HIV/Aids. Apesar disso, há baixa adesão no uso dos preservativos, justificados pelas mulheres privadas de liberdade pelas relações de confiança, amor ao parceiro ou experiências homoafetivas. A pesquisa destaca a urgência na abordagem de "discussões e atividades educativas acerca da sexualidade das mulheres no sistema prisional, garantindo o direito a uma vida sexual saudável, apesar de todas as intercorrências" (ARAÚJO, 2021, p. 21).

Lôbo (2019) analisou as dimensões de vulnerabilidade às IST/aids das mulheres privadas de liberdade, considerando suas condutas sexuais (práticas/attitudes, comportamentos) e discutiu ações de prevenção e enfrentamento das IST/aids, segundo dimensões de vulnerabilidades. A partir dos relatos, o pesquisador verificou que a dificuldade de acesso a serviços ginecológicos e de preservativos por parte das mulheres são apontados como fatores que aumentam a vulnerabilidade para IST/aids na prisão. O pesquisador destaca a necessidade do planejamento de estratégias educacionais de prevenções e orientação. Por isso, “é necessário favorecer as estratégias de educação permanente em saúde junto a esses profissionais para que conjuntamente desenvolvam



ações educativas que verse sobre medidas protetivas às IST/aids para mulheres” (LÔBO, 2019, p. 145).

Martins (2018) analisou a vulnerabilidade às IST (HIV, hepatite B e C e, sífilis) de 62 mulheres privadas de liberdade, em intersecção com o direito, no Pará. Do contrário de outras pesquisas, Martins verificou que as mulheres que participaram desta pesquisa tinham conhecimentos acertados sobre as IST, suas formas de transmissão e prevenção. Entretanto, ela verificou que "quanto maior a idade das mulheres, menor é o conhecimento acerca das IST; quanto maior a escolaridade das mulheres, maior é o conhecimento acerca das IST" (MARTINS, 2018, p. 80). Por isso, na opinião das mulheres as "ações deveriam ser ampliadas, por meio da implantação de uma rotina de atividades de educação em saúde, acerca de temáticas voltadas a preservação e proteção da saúde" (MARTINS, 2018, p. 88). Elas reforçaram em seus depoimentos a importância da não discriminação aos portadores de IST. Os depoimentos reforçam que as IST é um problema sério dentro do sistema penal, violando assim o princípio da dignidade da pessoa humana. As mulheres destacaram que os atendimentos em saúde são realizados de forma pontual por meio de ações de prevenção e proteção, por instituições em parceria com o sistema penal e, que não acontecem de forma programática.

Desta forma, percebe-se que os trabalhos que analisam aspectos relacionados às IST nos sistemas prisionais estão relacionados mais à saúde da população do que aos processos de ensino e aprendizagem. Entretanto, todos os trabalhos encontrados apontam a importância da educação como uma estratégia para o combate ao preconceito, para a prevenção, compreensão das formas de transmissão e tratamento. Por isso, reforça-se a importância do presente estudo.

## METODOLOGIA

Este trabalho é fruto da análise de uma sequência de aulas, ministradas pela professora-pesquisadora, com características qualitativas da pesquisa-ação, sobre os conceitos relacionados às infecções sexualmente transmissíveis (IST), nas aulas de Ciências do ensino fundamental, produzida e desenvolvida pela professora-pesquisadora em uma turma da Educação de Jovens e Adultos, em uma escola pública localizada dentro de um presídio, na região do triângulo mineiro. Assim, segundo este autor, a pesquisa-ação é uma estratégia importante para o desenvolvimento do professor, enquanto pesquisador, pois pode utilizar as reflexões de sua investigação para aprimorar os processos de ensino em suas aulas, visando o melhor aprendizado de seus alunos.

Esta pesquisa tem características qualitativas, pois, segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisadora teve contato prolongado e direto com a escola onde os dados foram coletados, tem-se um interesse maior pelos processos do que simplesmente pelos resultados ou produtos e, a análise ocorreu de forma indutiva, visando a descrição e a interpretação dos dados. Além disso, o trabalho tem características de pesquisa-ação, pois, segundo Tripp (2005, p. 446), neste tipo de pesquisa “planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação”.

Assim, para este trabalho, os instrumentos de coleta de dados são: i) análise das experiências vivenciadas pela professora-pesquisadora na EJA e no sistema prisional; ii) análise da sequência didática sobre IST elaborada inicialmente pela professora pesquisadora e, iii) as anotações realizadas pela pesquisadora após a execução das aulas. Nesta perspectiva, os dados serão apresentados e analisados a partir da pesquisa narrativa, que, é uma abordagem de pesquisa que se concentra em compreender e interpretar histórias, experiências e narrativas.

O objetivo da pesquisa narrativa é compreender e interpretar o significado das histórias, buscando capturar a complexidade e subjetividade das experiências. Ou seja, as narrativas são fundamentais para a geração de conhecimento e compreensão do ambiente e do contexto histórico vivido pela professora pesquisadora. Onde as histórias vão se materializando em escritas, em registros, em notas de campo, que serão analisados e

interpretados, buscando a construção de sentidos. Nesta abordagem, as emoções, percepções e interpretações pessoais são consideradas importantes para a compreensão do fenômeno estudado que é narrado e lembrado (BARROS, 2012; CLAUDININ; CONNELLY, 2011; CUNHA; COUTINHO, 2023; MARIANI; MONTEIRO, 2016; MOREIRA, 2011).

De acordo com Mariani e Monteiro (2016, p. 115), os pesquisadores, ao narrar suas experiências, “organizam, problematizam e interpretam tais experiências, de forma que ganhem significação para eles, pois, tornando-se significativas, tornam-se formativas”. E, Cunha e Coutinho (2023, p. 3) destacam que, o “passar da experiência à palavra/linguagem permite conquistar um ponto de vista singular sobre os fenômenos vividos e, dessa forma, formalizar um processo de interpretação e de compreensão, conforme uma perspectiva temporal e histórica”.

Na sequência, detalho alguns dos aspectos relacionados ao percurso metodológico desta investigação.

### **Caracterização do local da pesquisa**

A escola estadual onde a sequência didática foi desenvolvida situa-se afastada do centro da cidade de Uberlândia - MG, dentro de um presídio, mas possui fácil acesso por meio de transporte público. A escola trabalha com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas modalidades alfabetização e ensino fundamental I e II e, ensino médio, nos períodos matutino e vespertino. A pesquisa aqui relatada foi desenvolvida especificamente no período vespertino, em uma turma da EJA, no ensino fundamental. A sala de aula tem quantidade de carteiras adequada ao número de alunos matriculados, com bom estado de conservação. Os ambientes são limpos e organizados. E, em função da especificidade do sistema prisional, conta com questões muito específicas, que serão descritas nos resultados deste trabalho.

Diferente de outras escolas, os alunos não possuem acesso à sala de informática e nem à internet, mesmo sob supervisão de um professor. A escola não possui laboratório de Ciências/Química/Física, por isso, nas poucas vezes que os professores realizam alguma atividade experimental, a mesma ocorre na sala de aula, com materiais do próprio professor.

Entretanto, em função das especificidades do sistema prisional, todo o material precisa ser analisado pelos policiais responsáveis, com bastante antecedência.

Como já explicado na introdução, a idade dos alunos que participaram das aulas é bastante variada, alguns com 18 anos e outros com 50, 60 anos. O público-alvo selecionado foram 174 estudantes homens, os quais aguardam julgamento ou que já foram sentenciados. Muitos deles foram alfabetizados no sistema prisional. Diferente do que ocorre em outras realidades de estudantes da EJA, que “são trabalhadores que estudam” (ARROYO, 1986, p. 48), para estes alunos, a escola é a principal atividade que realizam durante o dia. Tal fato é importante ser destacado, não por compreender que estes estudantes poderiam ter aprendizagens diferentes daqueles que estudam em outros turnos, mas em função da compreensão da especificidade que a própria escola tem com estes alunos.

Diferente do que ocorre na EJA nas escolas regulares, onde as aulas têm apenas quarenta e cinco minutos, no sistema prisional, as aulas têm cinquenta minutos. Além disso, nesta modalidade, não há tanta preocupação com a permanência ou a evasão dos alunos, entretanto, percebe-se que muitas vezes as práticas de ensino têm menor grau de exigência do que são adotadas em outras modalidades de ensino. Explica Paulo Freire.

Um espaço de conflito que guarda diferentes vínculos e condicionamentos com as condições objetivas de sobrevivência das pessoas, do lugar social de cada um, com seus interesses e demandas, e da relação de classes existentes na sociedade. Dos vínculos e condicionamentos entre o econômico e o político, a educação é um ato político que não pode ser neutra, pois está a serviço de uns e não de outros, contribuindo para a adaptação ou a transformação de pessoas (FREIRE, 1987, p. 10).

Mesmo que estas características não sejam específicas da escola onde a pesquisa foi realizada, compreendo que seja importante ser aqui mencionada, pois influenciaram diretamente o trabalho que fora realizado durante o período em que a sequência didática foi desenvolvida

### **Sobre as aulas ministradas sobre IST**

No segundo bimestre de 2022, foi planejada uma sequência didática para o conteúdo de IST – que serão melhor detalhadas nos resultados. De acordo com Pais (2002, p.

102), “uma sequência didática é formada por um certo número de aulas planejadas e analisadas previamente com a finalidade de observar situações de aprendizagem, envolvendo os conceitos previstos na pesquisa didática”. Compreendendo que o processo de ensino é árduo e complexo, principalmente por envolver questões relacionadas entre os estudantes e o/a professor/a no ambiente escolar – no caso ainda mais específico por se tratar de uma escola em sistema prisional, quanto em função do gerenciamento dos tempos e espaços escolares. Por isso, as aulas precisaram ser planejadas considerando toda a problemática que envolve o ensino de Ciências nesta modalidade de ensino.

Após cada aula, a pesquisadora realizava o registro de suas ações, informações importantes para as próximas aulas, impressões e reflexões sobre sua ação em um caderno, que aqui será nomeado como “notas de campo”. Dessa forma, as notas de campo, são úteis para documentar a pesquisa realizada, mas principalmente por possibilitar a reflexão crítica das ações realizadas ao longo da sequência didática. Por isso, estas notas constituem-se como um importante instrumento de coleta de dados para esta investigação. Cañete (2010,p. 12) afirma que este pode ser utilizado pelos professores “para documentar os acontecimentos da aula, seus sentimentos, preocupações, frustrações, conquistas, o que fez, as atitudes dos alunos, as propostas de ação, assim como a relação destes com teorias já estudadas ou novas teorias que vier a estudar”. Além disso, o ato de registrar os acontecimentos da aula num caderno ou diário é um movimento “circular de ações nem sempre diretas, dialógico e dialético, que impõe um posicionamento diante do mundo/objeto docência/discência, movimento que objetiva a maior e melhor compreensão da prática educativa, do fazer pedagógico” (CAÑETE, 2010, p. 36)

### **Sobre a reelaboração da sequência didática**

A reorganização da sequência didática sobre IST teve o objetivo de desencadear uma visão crítica sobre este conteúdo, evitando a ênfase empregada na sequência inicial dos aspectos mnemônicos e, buscando inserir novas práticas, a partir das leituras realizadas para este trabalho dissertativo e das interpretações dos resultados que serão discutidos na próxima sessão. Nesta sequência, buscou-se estimular a postura reflexiva dos alunos, facilitar a compreensão dos conceitos, a produção de conhecimentos, práticas e saberes pertinentes aos processos de ensino e aprendizagem envolvendo as infecções sexualmente

transmissíveis. A partir disso, foi produzido o material de apoio aos professores e professoras intitulado: “Abordagem sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis: conhecendo a prevenção, os riscos e os cuidados necessários”.

Este material foi apresentado a duas professoras e a dois professores de Ciências/Biologia, com graduação em Ciências Biológica, mestrado em áreas correlacionadas às Ciências e à Educação e, principalmente, com reconhecida experiência profissional na Educação de Jovens e Adultos. Estes professores e professoras analisaram o material e deram sugestões de melhorias, fizeram críticas e também teceram elogios, que serão apresentados na próxima seção deste trabalho.

## Resultados e Discussão

Nesta seção apresento as narrativas que compõem esta investigação sobre os processos de ensino e de aprendizagem relacionados às infecções sexualmente transmissíveis para estudantes privados de liberdade. Os relatos aqui apresentados são processos que me constituíram como pesquisadora e que me possibilitam enxergar e dar visibilidade àquilo que acredito ser importante para ajudar a pensar sobre a importância da inserção da temática IST para estes estudantes da EJA. Aqui, organizo minhas narrativas em seis tópicos: 1) **o início** – onde conto sobre o processo de designação para atuar como professora de Ciências na EJA no sistema prisional; 2) **a escola** – apresento as impressões iniciais sobre a escola localizada dentro do sistema prisional e um pouco sobre o seu funcionamento até os dias de hoje; 3) **a escolarização** – quando trago a minha vivência na EJA no sistema prisional; 4) **as aulas de Ciências** – aqui são as reflexões sobre as características específicas sobre o ser professora de Ciências na EJA no sistema prisional e toda a sua particularidade; 5) **as aulas sobre IST** – neste tópico, que é dividido em duas partes, relato como eram minhas aulas antes e como passaram a ser minhas aulas após o mestrado e, 6) **o produto educacional** – onde apresento e analiso o produto desta dissertação.

### 1) o início

Após ter concluído dois cursos de graduação, em Ciências Biológicas e em Pedagogia, ainda não consegui passar em um concurso público. Dessa maneira, para atuar como professora nas escolas estaduais, participo todos os anos de um processo denominado designação, que é um processo pelo qual o estado faz contratações temporárias para suprir diversas vagas no quadro de funcionários para garantir o funcionamento das escolas estaduais de determinado estado. A partir do momento que o profissional se cadastra e é designado, esse tem o contrato assegurado durante o ano letivo recorrente.

Cada secretaria de estado segue seu parâmetro para designação quanto às especificidades de sua região. Esse modelo foi estabelecido para atender a necessidade de substituir um professor efetivo por motivo de saúde ou aquele que teve o direito à

aposentadoria de maneira hábil e até que o governo comece a dar posse para os profissionais que passaram no concurso. Porém, na maioria das regiões, as vagas para designados são em número maior do que pessoas que foram aprovadas, dessa forma os alunos não podem ficar sem estudar e nós designados encontramos trabalho.

Como designada, de certa maneira não se pode escolher a escola que deseja atuar. Costumo dizer que ao invés de escolher a escola é a escola que me escolhe! Sinceramente o designado fica com as sobras, e como é preciso trabalhar enfrenta o desafio. Porém, no meu caso tem sido muito gratificante porque como professora designada cada ano tenho a oportunidade de conhecer novas escolas, novos colegas de trabalho, alunos diversificados os quais vou ensinar o que sei e que também vou aprender com eles.

Eu estava participando de uma designação, concorrendo a uma vaga de Ciências em outra escola, mas não consegui a vaga, pois havia professores com classificação melhor que a minha. Quando estava saindo, uma vice-diretora me abordou, incentivando que eu participasse do processo para o sistema prisional, pois estavam precisando de professora na minha área e não encontravam. Num primeiro momento pensei: Na cadeia! Até então, não sabia desse benefício para pessoas privadas de liberdade. Fiz uns questionamentos a ela: Como funcionava a segurança? Se já havia acontecido algum atrito com professores e se as aulas eram ministradas dentro das celas no bloco, pois eu nunca tinha entrado em um presídio. Ela me explicou que lá dentro possui um bloco no qual existe a escola e que neste espaço anteriormente funcionava uma padaria, onde os privados de liberdade trabalhavam e faziam cursos. Em 2004, ocorreu uma enorme rebelião e os detentos destruíram tudo. Assim esse espaço foi reformado para funcionamento de uma escola visando a ressocialização do apenado. Com isso, o pavilhão contém dois blocos e o anexo da escola. Então, não entro nas celas onde eles ficam trancados cumprindo suas penas.

A vice-diretora me explicou que desde a inauguração da escola nenhum aluno teve problemas com professores e que respeitam e mantêm a ordem dentro da sala, principalmente na presença do professor e que qualquer atrito que venha a acontecer uns com os outros a regra é resolver na cela.

Resolvi então participar do processo. Processo esse que éramos duas concorrentes, a outra desistiu e eu permaneci. Dando sequência ao processo seletivo, fui para a entrevista com as pedagogas da unidade, as quais me questionaram, quanto a ministrar aulas de



Ciências e Biologia com conteúdos relacionados a doenças, sexo e sexualidade para o público masculino. Respondi que seria normal e provavelmente menos complicado por se tratar de pessoas adultas. Deixei a documentação necessária para a contratação de professora para o estado, bem como para o Sistema de Inteligência da unidade prisional investigar e fiquei aguardando em casa por três dias para obter a resposta sobre a minha designação.

Num primeiro momento minha família foi contra; “formar para dar aulas para preso”? Apenas respondi: “se der certo a contratação, eu vou trabalhar no presídio sim”. Mas como eu precisava trabalhar não me importei com esse pensamento, porém não tinha noção de como funcionava uma escola dentro de um presídio.

Ligação recebida, tudo certo com os documentos, liberada pelo sistema de inteligência, comecei a trabalhar na escola, modalidade EJA, localizada dentro de um presídio no Triângulo Mineiro. Apesar de sempre ter que renovar o contrato e participar de novos processos de designação, este tem sido meu local de trabalho desde fevereiro de 2015.

## **2) a escola**

De 2015 a 2018 a escola tinha matriculados em torno de 225 estudantes do sexo feminino, masculino e LGBTQIA+, pois o presídio oferecia alas separadas para cada grupo. A partir de 2019, a unidade onde atuo passou a receber exclusivamente estudantes masculinos, transferindo os demais grupos para a penitenciária da cidade. Atualmente, a escola tem em torno de 150 alunos matriculados nos turnos matutino e vespertino, distribuídos em sete salas desde a alfabetização, fundamental II e ensino médio. Diferente das escolas regulares, cada sala de aula nas unidades penais, pode ter no máximo 15 estudantes, por questão de segurança do professor e do controle dos policiais.

Minha entrada na unidade prisional é a partir das 7hs da manhã e a saída ocorre até as 17hs da tarde, o horário de início das aulas no turno matutino é as 08h00 com término às 11h20, enquanto no vespertino inicia-se às 12h50 e termina às 16h10 – com quatro aulas de 50 minutos cada turno. Além disso, todos os professores devem obedecer aos critérios de usar jaleco branco, bem como não trajar roupas de cor vermelha, preta, camuflada nem transparentes. Posso usar o mínimo possível de acessórios e maquiagem. Não devo usar

sapato de salto e sim tênis ou rasteirinhas com fivelas. Dessa maneira, todos os dias eu passo por uma revista visual e pelo body scanner (raio x), realizados por uma policial penal.

Os policiais penais vão até os blocos, retiram os alunos das celas e levam para as salas da escola, as quais ficam trancadas com cadeados por fora mesmo com a presença do professor em sala. Durante o período de aulas os policiais ficam armados do lado de fora nos corredores da escola, então a segurança no local é bem realizada. Os alunos são retirados de suas celas pelos policiais penais e levados algemados até a sala de aula; lá as algemas são retiradas.

A escola oferece o ensino EJA com as modalidades de alfabetização até o ensino médio. No decorrer do ano de 2016, a direção conseguiu com verbas enviadas pelo governo comprar uma televisão com função USB - pen drive, tornando a vida do professor mais acessível, entretanto, uma tv para vários professores, uma eterna concorrência. A partir dessa compra, a escola tem obtido novos materiais eletrônicos como: dois datashow, notebook, equipamento de som com microfone e hoje contamos com internet fornecida pelo governo, na secretaria, sala do diretor, sala dos professores e no laboratório de informática. Esclarecendo que todo conteúdo deve ser programado e enviado para as supervisoras, e embora contamos com um laboratório de informática, os alunos não têm acesso a internet. Além disso, conta com sala de biblioteca, computação, secretaria e sala de professores.

Embora existam várias leis que regem o sistema penal, percebe-se que no cotidiano é cheio de falhas. Entendo que ao criar as leis, estas servem como instrumento norteador para manter pessoas em cárcere e evitar que esses indivíduos perturbem a ordem e a sociedade. Muitas leis são datadas de décadas e até séculos passados, com o intuito somente de punição. Percebo que muitas delas ainda vigoram, algumas até de maneira “mascarada”.

Como professora é difícil presenciar algumas atitudes agressivas, palavras de baixo calão por parte dos policiais penais, e não poder fazer nada para ajudar o detento, porque sou simplesmente uma professora. Entendo que a pessoa cometeu delito, mas a Declaração Universal dos Direitos Humanos confere que a estes sejam negados os direitos de ir e vir, entretanto, salvaguarda sua vida e integridade física, psíquica e moral enquanto estiver sob a tutela do estado.

A escola onde trabalho está localizada em um presídio e, compreendo que é a porta de entrada das pessoas que cometeram (ou que são acusadas de cometer) qualquer tipo de delito, após o recolhimento na rua e ter passado pela delegacia. Todos os dias chegam muitos que vão ficar ali aguardando o julgamento para depois ser transferido para a penitenciária da cidade ou de outra região. Diante disso não tem como evitar a superpopulação carcerária que chega a ter segundo relatos dos alunos em alguns blocos 25 a 30 homens em uma pequena cela – não conheço estes espaços, por isso, não sei a dimensão deles, mas pelos relatos, parece ser bastante apertado.

Há muitos relatos negativos sobre a educação no sistema prisional (SILVA, 2020; NOGUEIRA, 2023), apontando que as condições dentro das salas de aula são precárias e muitas vezes não oferecem condições adequadas de aprendizado e acolhimento e até mesmo a falta de professores qualificados e de recursos educacionais adequados pode limitar significativamente a qualidade do ensino oferecido. Assim, muitas escolas inseridas em presídios enfrentam o problema da superpopulação carcerária, não conseguindo disponibilizar a todos os detentos oportunidades de escolarização adequada. Por outro lado, mesmo diante de todas as dificuldades, percebo que a escola onde atuo conta com professores e professoras capacitados e empenhados em possibilitar a ressocialização dos estudantes privados de liberdade.

Segundo Reis (2017, p. 1), "a educação é fundamental no processo de ressocialização do preso e na redução da reincidência no crime". No entanto, a falta de políticas públicas e a infraestrutura inadequada tornam o acesso e a qualidade da educação nas prisões um desafio em muitos casos. Por ser uma construção que possui 20 anos, os blocos e pavilhões estão sempre em reformas para ter mais segurança, ampliando e construindo novas celas e assim tentar evitar superlotação e fugas, coisas que são difíceis de acontecer, pois a demanda é grande e não tem como esperar por instalações adequadas.

De certa maneira, o local em que eu trabalho não é diferente dos demais que vejo em noticiários, com superpopulação, celas insalubres o que causam alguns tipos de doenças, principalmente respiratórias nos detentos. Além disso, percebo que há inúmeros casos de preconceitos étnicos raciais, pois a maioria dos detentos é preta ou parda. infelizmente já presenciei vários casos de discriminação com relação à cor da pele das pessoas na unidade penal e também por orientação sexual. No entanto, tenho trabalhado bastante essa questão

relacionada à homofobia com eles, pois toda e qualquer pessoa tem sua orientação sexual e em qualquer família, seja pobre, classe média ou rica pode existir alguém que se identifique como LGBTQIA+.

O ambiente é altamente controlado, onde há regras rígidas e limitações de recursos, por se tratar de prisão torna-se um tanto assustador, sendo que devemos permanecer sempre em alerta, pois pode ocorrer desde uma desavença em sala de aula, bem como uma rebelião. Apesar dos desafios enfrentados como, falta de recursos e apoio para desenvolver alguns trabalhos pedagógicos, pois os recursos são limitados, o trabalho no sistema prisional é extremamente gratificante, porque estou ajudando a mudar a vida de pessoas que muitas vezes foram esquecidas por outros setores da sociedade.

Segundo diversos estudiosos do tema, a educação em espaços de privação de liberdade pode ter principalmente três objetivos imediatos que refletem as distintas opiniões sobre a finalidade do sistema de justiça penal: (1) manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; (2) melhorar a qualidade de vida na prisão; e (3) conseguir um resultado útil, tais como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de valores, pautando-se em princípios éticos e morais (BRASIL, 2013, p. 319).

Diante os estudos oferecidos e o interesse de muitos em mudar de vida, “sair da vida do crime”, mesmo que sendo a minoria é maravilhoso ver que alguns estão buscando melhorias para sua vida e de seus familiares, seguindo o caminho por meio de um trabalho honesto, não cometendo crimes, digo isso porque através das redes sociais tenho contato com muitos e venho acompanhando sua trajetória de mudança, sendo que já tive oportunidade de ver pessoalmente em algum local de trabalho. Todo ser humano é passível de erros, o importante é buscar mudanças e pessoas que podem ajudar nessa transição. Eu costumo falar que aprendo mais com eles do que eles comigo. Há muitas histórias de vidas tristes. Mas há muitos talentos perdidos ali dentro.

### **3) a escolarização no sistema prisional**

Estou como professora desde o ano de 2015 no sistema prisional, o meu trabalho tem como objetivo levar conhecimento específico sobre o conteúdo com meios de motivar o estudante privado de liberdade, evitando que ele fique frustrado, e assim reduzir os

comportamentos “ruins” dentro do sistema. Por intermédio de textos motivacionais trabalho o desenvolvimento profissional com os meus alunos, pois esse tipo de assunto ajuda a minimizar os efeitos negativos que o cárcere tende a exercer sobre o indivíduo.

No decorrer dos anos que lecionei na ala feminina, posso dizer não tive boas experiências. A impressão que tive é que elas estavam sempre mais desanimadas ou desinteressadas que os estudantes da ala masculina durante as aulas. O que se percebia é que diferente do bloco do masculino, no qual fica localizado a escola, na ala feminina as aulas aconteciam dentro do bloco, em cela separada para a escola, diante disso elas só queriam ficar prestando atenção no que estava acontecendo por via dos chamados dos rádios das Policiais Penais. Lógico que uma ou outra queria aprender, mas a maioria atrapalhava as explicações ou parecia não estar interessada nas aulas. Já os estudantes masculinos, dentro de sala de aula possuem participação ativa, são muito respeitosos, não tem preguiça de fazer os trabalhos e a maioria mesmo que por remissão não faltam e nem atrapalham as aulas.

Trabalhei durante o ano de 2022 com o conteúdo de Ciências nas turmas de I, II e III período, e atualmente estou na alfabetização com turma multisseriada do I, II, III e IV períodos. Como professora, eu acredito que todo ser humano pode ser melhorado e a educação é um meio concreto de adquirir possibilidades para um futuro melhor. A ressocialização do detento é uma questão bastante complexa e desafiadora, que envolve uma ampla variedade de iniciativas e estratégias para garantir que eles possam se reintegrar à sociedade de forma positiva e construtiva após cumprir suas penas.

Neste sentido, Gomes (2008) ressalta que:

é fundamentalmente uma forma de poder que potencializa virtudes e pessoas. O direito à educação é muito mais do que um direito à sala de aula. É um direito proeminente à maior qualidade de vida. A singularidade do sistema prisional e a pluralidade dos sujeitos detentos reivindica uma educação prisional que deixe de ser pensada como um benefício e seja vista como a razão de ser do sistema prisional. (GOMES, 2008, p. 44)

A partir do momento que eu aceitei o trabalho no presídio, mudei a minha maneira de pensar como “presos, bandidos” comecei a enxergar aquelas pessoas como seres humanos que são, e como qualquer ser humano é passível de erros. Eu costumo dizer: “ninguém sabe a reação que terá, perante uma ação”. Dessa maneira, além de repassar

conhecimentos sobre o conteúdo para aprendizagem escolar, em um momento oportuno durante a aula, incentivo uma reflexão sobre o local em que eles se encontram e como era a vida em liberdade, fazendo com que eles reflitam sobre o erro cometido para quando estiver de volta à sociedade não reincidir.

A educação é um direito de todos e um dever do Estado devendo ser promovida e estimulada com o auxílio da sociedade, buscando o desenvolvimento da pessoa, dando conhecimentos para o trabalho. Paulo Freire ressalta que:

Educação deve ser vista como uma Prática da Liberdade e do diálogo, pois os indivíduos se fazem por intermédio da palavra, no trabalho e na ação reflexão e assim produzir meios de transformações em seu modo de agir e pensar. Diante disso, a minha missão como professora é de possibilitar o desenvolvimento de novos conhecimentos aos alunos. Percebo que este público, em especial, necessita de muito aprendizado, principalmente no que se refere aos cuidados com o corpo, higiene pessoal, o não compartilhamento de material perfurocortante, bem como de objetos de uso pessoal (copo, colher). Estamos vivendo no século XXI e, embora sejam pessoas adultas, muitos desconhecem sobre as infecções sexualmente transmissíveis – ISTs, outros já ouviram falar, mas não se preocupam e não se protegem para não contrair uma doença.

A escola não tem acesso a informações sobre o tipo de crime cometido pelos alunos, entretanto alguns aparecem na mídia e outros como desabafo acabam contando dentro de sala. O que para os policiais penais são bandidos e presos, para mim professora, são alunos, são pessoas. Vez ou outra tem algum policial penal falando para os alunos, “você são bandidos!”; “99% de vocês não querem aprender, querem só remissão, vai sair daqui e fazer tudo de novo!” Eu, como profissional da educação, acredito na reabilitação, mesmo que seja de apenas 1%, como o policial citou, sigo minha aula incentivando e acreditando em dias melhores, para que os alunos não percam a esperança. Acredito que, cada um tem o seu trabalho ali naquela unidade penal e o meu, dentro de sala, pode ser ajudar a manter harmonia dentro da sala e, talvez até quando eles voltam para as celas, evitando confusões, o que acaba ajudando no trabalho do policial penal.

Neste sentido, concordo com Onofre (2012) quando afirma que

a escola na prisão, assim como as demais práticas sociais ali existentes, é geradora de interações entre os indivíduos, promove situações de vida

com melhor qualidade, enraíza, recompõe identidades, valoriza culturas marginalizadas, promove redes afetivas e permite (re)conquistar cidadania. Inserida em um espaço repressivo, ela potencializa processos educativos para além da educação escolar, evidenciando-se a figura do professor como ator importante na construção de espaços onde o aprisionado pode (re)significar o mundo como algo dinâmico e inacabado (ONOFRE, 2012, p. 210).

Dessa forma, a educação no sistema prisional é um direito da pessoa privada de liberdade e deve ser oferecida em todos os estabelecimentos penais do país, prevendo que as atividades educacionais devem ser adaptadas às condições do sistema prisional e visar à preparação para a reintegração social, indo bem mais além do que simplesmente ressocializar.

Enquanto , no processo opressor, as elites vivem da “morte em vida” dos oprimidos e só na relação vertical entre elas e eles se autenticam, no processo revolucionário só há um caminho para a autenticidade da liderança que emerge: “morrer’ para reviver através dos oprimidos e com eles. Na verdade, enquanto no primeiro é lícito dizer que alguém oprime alguém, no segundo, já não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas os homens se libertam em comunhão (FREIRE, 2019, p.179).

Se na legislação este direito nos está assegurado na legislação como direito básico do ser humano, “o direito à educação, o direito à saúde. Entretanto existe a negligência por parte dos governantes com a população carcerária. Esses direitos estão assegurados no papel em forma de leis, porém, na prática, o que eu presencio no meu dia a dia escolar, são alunos reclamando de doenças, enviando bilhetes para atendimento, superlotação no presídio além da falta de funcionários para cumprir com as demandas

#### **4) as aulas de Ciências**

Durante minhas aulas, estou sempre instruindo a ficar atento uns com os outros, prestar atenção na saúde do colega e na de si próprio, pois a convivência no ambiente fechado tende a elevação de vários tipos de doenças. Às vezes acontece de alguns alunos faltarem à aula e quando questiono o motivo, “é que Fulano, da cela X está passando mal”. Já tive aluno que passou mal dentro da sala de aula vomitando bastante, após alguns dias foi diagnosticado com tuberculose. A cela inteira ficou de quarentena e nós que tivemos

contato também precisamos fazer exames. Outros relatam diarreia, resfriado, gripe... Logo, se um adquirir uma virose, todos da cela serão contaminados, uns com sintomas leves e outros com sintomas fortes, que precisam até mesmo ser levados para enfermaria onde teoricamente recebem atenção. Eles relatam que, muitas vezes, apenas são retirados da cela e levam para a enfermaria, sem atendimentos, deixados à mercê da sorte.

Percebo que as aulas de Ciências me proporcionam a oportunidade de ensinar sobre a importância dos cuidados com o corpo e com a higiene pessoal, para os estudantes reclusos. Diante de tantos relatos, explico as formas de evitar contrair e transmitir uma doença, mesmo que seja um resfriado. O fato é que dentro do bloco e das celas reina a união, empréstimo de materiais de higiene pessoal que alguns recebem de familiares e tende a emprestar para aquele que não recebe. Tais práticas acabam por potencializar a transmissão de doenças em massa. Dessa forma, tanto os detentos quanto os policiais, funcionários da unidade e escola ficam sujeitos a adquirir a mesma doença. Indo mais além, os policiais e funcionários da unidade recebem um percentual salarial a mais por atuar em área de risco, já nós da escola não temos esse direito, o governo diz reconhecer como direito, entretanto não nos remunera.

Durante o ano de 2019, acompanhei uma ação da Prefeitura de Uberlândia, em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, chamada “Além das Grades”. O projeto levou uma equipe de saúde com médico, enfermeiro e outros profissionais para atendimentos, vacinações, curativos e orientações à população prisional. Dentre as ações, ocorreram orientações sobre prevenção em relação às IST/Aids e à Tuberculose.

Acredito que a iniciativa do projeto “Além das Grades” foi muito válida naquele momento, pois foi uma maneira dos governantes conhecerem de perto um pouco sobre a realidade do sistema prisional. Porém foi algo muito pontual, que ocorreu apenas naquele ano de 2019, com o objetivo de mostrar que estavam fazendo alguma coisa para a saúde dos apenados, além de acalmar os familiares que de vez em quando fazem denúncia de maus tratos por intermédio das redes sociais. Por outro lado, há-se a necessidade de que esse tipo de trabalho seja desenvolvido com maior frequência, pois a quantidade de pessoas que entram na prisão costuma ser maior do que os que saem dela e, nessa rotatividade um indivíduo que chega doente acomete vários outros.



O trabalho preventivo dentro do sistema prisional deveria fazer parte das ações de cuidados para as pessoas privadas de liberdade, com orientações e estratégias de prevenção feitas por profissionais com formação adequada, por professores e profissionais de áreas relacionadas à saúde. No entanto, desde que voltamos à normalidade pós pandemia, não se teve nenhum projeto ou ação como o projeto “Além das Grades”. O que eu presencio todos os dias são gritos por atendimento dos outros blocos que eu não tenho acesso e pedidos dos meus alunos por atendimento médico, odontológico, psiquiátrico e familiar.

Escutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar no sentido aqui discutido significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura a fala do outro, ao gesto do outro, as diferenças do outro, isto não quer dizer evidentemente, que escutar exige de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria, escuta, mas auto-anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim em nada a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. (FREIRE, 1996, p.45).

Quanto aos pedidos dos meus alunos e dos seus colegas de celas, mesmo com demora eles são levados para o atendimento médico ou odontológico. Essa demora se dá devido ao quantitativo de especialistas oferecido para trabalhar na unidade, por isso as parcerias de maneira a se tornar mais frequentes seriam o referencial para saúde e humanização dentro do presídio. Percebe-se que embora haja essa disponibilidade para prevenção, a saúde dentro do sistema prisional ainda está longe de ser alcançada, não somente por causa do problema da rotatividade, mas sim por questões que envolvem superlotação das celas e a insalubridade das mesmas por não possuir ventilação adequada, o que acaba causando maior proliferação de microrganismos causadores de doenças.

Abordar essa temática não é simples, principalmente por se tratar de homens privados de liberdade em um pequeno espaço convivendo somente com o mesmo sexo em que os desejos sexuais ficam oprimidos, o que pode ocasionar relações sexuais entre eles. Dessa maneira faz-se necessário aprender sobre meios de prevenção, pois esse conhecimento está presente ao longo de sua vida.

## 5) as aulas sobre IST

Dentro de sala de aula eu tenho liberdade e autonomia para trabalhar o assunto que eles tiverem mais dificuldades ou curiosidades. Diante disso fui percebendo a necessidade de aprofundar nas Infecções Sexualmente Transmissíveis, pois a curiosidade e os questionamentos são gradativos e são muitos os relatos de medo de contrair uma IST, pois eles compartilham os materiais de higiene pessoal principalmente barbeadores, uns com os outros. Como são adultos, percebo que entendem sobre a gravidade de uma IST, questionam muito, o que aprendem em sala de aula eles repassam dentro das celas para os que não tem acesso a escola. É importante destacar que, durante as aulas, não é permitido trabalhar cenas que incitem violência, sexo ou drogas.

No decorrer desses anos a escola conseguiu adquirir materiais eletrônicos como televisões, e data show, para os professores utilizarem em sala de aula, no entanto em quantidade reduzida sendo que são muitos professores para pouca oferta de material eletrônico, o que leva a uma fila de espera para conseguir utilizar um desses equipamentos. Atualmente há quatro aparelhos de televisão e dois data show para ajudar na melhoria da explicação dos conteúdos e também com os projetos desenvolvidos. Então, alguns destes recursos podem ser utilizados em minhas aulas, mas nem sempre eu consigo. Por isso, na maior parte das vezes, opto por utilizar as apostilas.

Minhas aulas de 2015 a 2019 eram planejadas a partir dos livros didáticos oferecidos pela escola (Figura 1), mesmo que esses estejam um pouco desatualizados, eram os únicos materiais que eu tinha acesso naquela época. A partir destes livros, eu elaborava apostilas para que os estudantes pudessem acompanhar as explicações e visualizar algumas imagens durante as minhas aulas. Durante as aulas, intercalava as explicações com a apresentação de imagens e registro de algumas definições na lousa para que os estudantes copiassem em seus cadernos.

Nos livros didáticos disponibilizados pela escola, a temática sobre IST começa a ser abordada no segundo período que seria o 7º ano, no conteúdo de Reprodução Humana e no terceiro período - 8º ano, no conteúdo de Vacinação no Brasil com As Doenças Infectocontagiosas. Estes conceitos podem ter relação com as habilidades específicas da unidade temática “Vida e evolução”, da BNCC, a saber:

**(EF08CI07)** Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.

**(EF08CI08)** Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

**(EF08CI09)** Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e

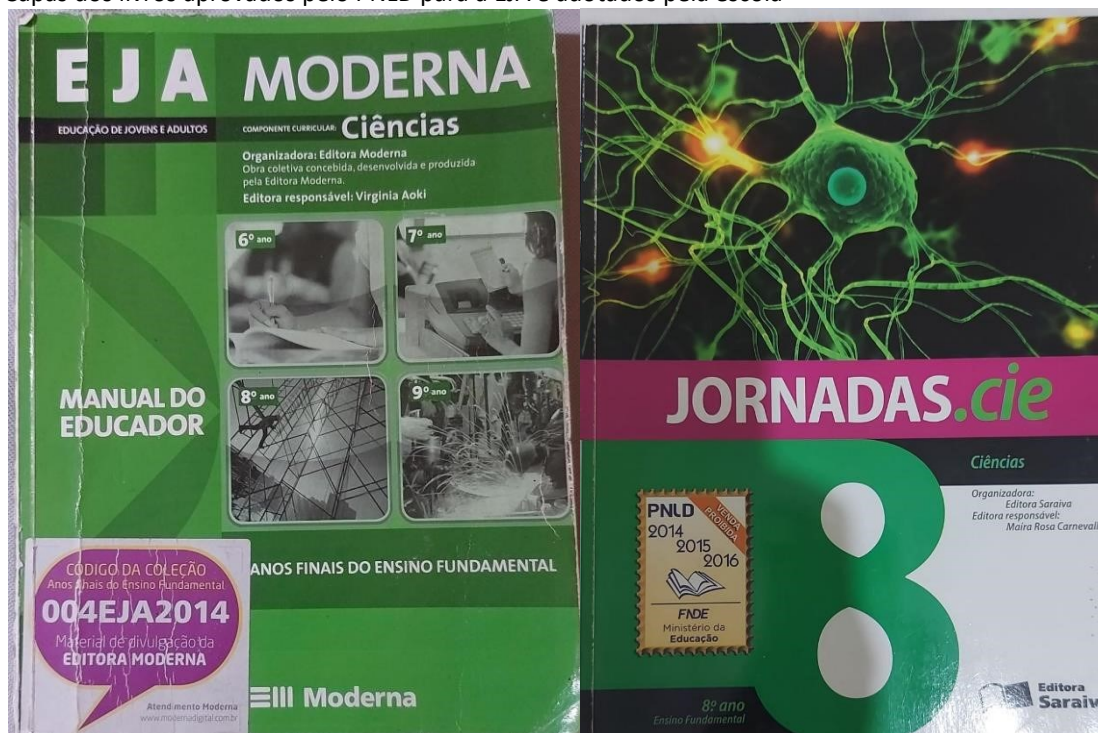
indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

**(EF08CI10)** Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

**(EF08CI11)** Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

Compreendo que, embora estas habilidades não sejam voltadas especificamente para a EJA no ensino médio, é importante que os/as professores/as sigam estas orientações em seus planejamentos justamente em função da falta de orientações mais específicas.

**Figura 1:** Capas dos livros aprovados pelo PNLD para a EJA e adotados pela escola



Diante disso, apresento o planejamento de minhas aulas (Quadro 1). Neste planejamento indico a quantidade de aulas que normalmente gasto para abordar os

conceitos; o conteúdo envolvido; as estratégias de ensino e aprendizagem; os recursos que normalmente utilizava em minhas aulas; a forma de avaliação e os resultados que eram esperados. Para este planejamento, utilizava o livro didático aprovado no PNLD 2014 para a EJA e, adotado pela escola.

**Quadro 1:** Planejamento das aulas ministradas sobre IST na escola

<b>Quantidade de aulas</b>	4 aulas (200 min)
<b>Conteúdo envolvido</b>	Reprodução humana: diferenciar sexo e sexualidade Infecções sexualmente transmissíveis e doenças sexualmente transmissíveis. Profilaxia e microrganismos causadores de cada uma.
<b>Estratégias de ensino / Professora</b>	Explorar o conhecimento prévio dos alunos, questionando da seguinte forma: - <i>Qual a diferença entre sexo e sexualidade? O que significa IST? Como se contrai uma IST? Cite os meios de prevenção contra as ISTs. Quais os tipos de microrganismos causadores de uma IST?</i> Após explicações serão apresentados os slides das ISTs mais comuns, para melhor compreensão dos conteúdos por parte dos alunos.
<b>Estratégias de aprendizagem / Aluno</b>	Acontecerá um debate entre colegas e professor, para responder aos questionamentos prévios.
<b>Recursos</b>	Apresentação de Material didático ou impresso sobre o conteúdo e uso da lousa
<b>Resultado pretendido / forma de avaliação</b>	<b>Espera-se que:</b> Os alunos consigam diferenciar as infecções bacterianas, virais e fúngicas bem como os meios de prevenção. <b>Avaliação:</b> Ocorrerá através da observação da interação dos alunos com relação ao conteúdo proposto.

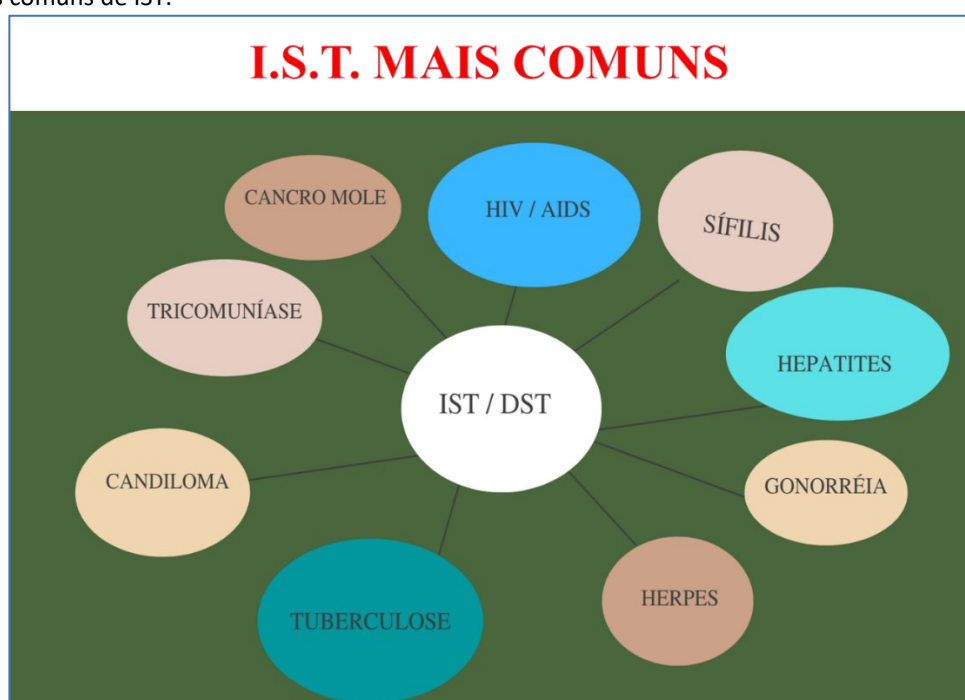
**Figura 2:** Registros das aulas sobre IST na escola, para estudantes privados de liberdade



Na Figura 2 apresento alguns registros das aulas sobre IST que ministrei na escola em anos anteriores e, na Figura 3, apresento um diagrama que utilizei em minhas aulas com os estudantes privados de liberdade para explicar os tipos mais comuns de IST.

Especificadamente no dia desse registro, fiz uma prática com preservativos masculinos e femininos, que me foi sugerida pelo meu orientador, o prof. José Gonçalves. Fui até a UBSF peguei preservativos masculinos gratuitos. Levei garrafas PET de dois litros para encher de água e colocar dentro dos preservativos. A intenção dessa prática foi observar a resistência do material que é feito o preservativo, de maneira que o seu uso nas relações sexuais evita o contágio e a transmissão de ISTs (SILVA, PAIXÃO, TEIXEIRA JÚNIOR, 2019).

**Figura 3:** Imagem retirada dos slides que utilizava nas aulas para estudantes privados de liberdade sobre os tipos mais comuns de IST.



O público as quais minhas aulas são destinadas é do sexo masculino. No entanto eles sempre manifestam interesse em aprender sobre conteúdos relacionados para o feminino. Eles me relatam que ao aprender em sala de aula, ensinam para esposa durante a visita. As aulas de Ciências me dão oportunidade de ensinar sobre questões relacionadas a ambos os sexos em variadas etapas da vida.

Na minha maneira de pensar, o aprendizado não pode ficar só voltado para a teoria, entretanto no sistema prisional a prática principalmente na área de Ciências e Biologia que são meus conteúdos de trabalho fica a desejar. Diante disso o meu conteúdo precisa de imagens para eles entenderem do que estou falando. A minha opção foi realmente montar apostilas a partir dos livros didáticos da EJA para os alunos do I ao IV período finais do

ensino fundamental, para trabalhar o conteúdo de Ciências; enquanto os alunos do I ao III período do ensino médio, busquei imagens dos conteúdos na internet, pois o livro didático oferecido na modalidade EJA não condiz com o que deveria ser trabalhado com o aluno no conteúdo Biologia.

Por se tratar de uma escola prisional, existe a dificuldade de não poder levar material para as celas, de maneira que tudo tem que ser realizado dentro de sala durante as aulas, então torna a aprendizagem um tanto mais demorado. Diferente do que ocorre em outras modalidades de ensino, estes alunos não podem levar exercícios ou atividades de leitura para serem feitos fora da sala de aula; além disso, não têm a possibilidade de fazer pesquisas em livros, revistas e nem pela internet. Entretanto os alunos participam ativamente de todas as atividades propostas para as aulas, mesmo em meio a essa dificuldade, existe a criatividade e o engajamento entre os colegas de sala e os professores.

As minhas aulas seguiam o conteúdo proposto no livro didático abordando as doenças infectocontagiosas e reprodução humana por meios de prevenção. Durante todas as minhas aulas, independente do conteúdo, eles questionaram bastante sobre algum tipo de doença. Fui percebendo que alguns não tinham noção do que eu estava tentando explicar, e nem mesmo o que seria uma IST. Por se tratar de pessoas ativas sexualmente, com idade superior aos 18 anos, eu fiquei perplexa. Parei, sentei na minha mesa e comecei a ouvir a fala de cada um sobre o que eles sabiam ou não sobre doenças sexualmente transmissíveis e métodos de proteção contra as mesmas. Diante aquela triste realidade, percebi que havia uma necessidade de trabalhar a temática em questão mais vezes e de maneira que eles pudessem reter o conhecimento para além das grades, ou seja, para toda sua vida.

Geralmente a unidade prisional faz rodízio de blocos que terão acesso ao benefício escola. Dessa maneira já trabalhei com o que eles chamam de convívio, segurados e atualmente estamos com os privados de liberdade que também estão em um projeto de uma Igreja Cristã, mas foi no ano de 2017 com os alunos do seguro que observei a necessidade de trabalhar as ISTs, devido à homogeneidade de pessoas daquele bloco e pela falta de conhecimento sobre o assunto.

Em sala de aula durante meus horários que por ser EJA são apenas duas aulas de 50 minutos por semana, identifiquei que a temática iria ser desenvolvida além do previsto

por aulas, que constavam no meu planejamento semestral, assim ao invés de aulas, passou a ser projeto/aula. Quando desenvolvemos algum tipo de projeto, todos os professores têm o dever de ajudar cedendo um pouco do horário, caso seja necessário.

Com a liberação da entrada de pen drive liberada pelo Sistema de Inteligência da unidade prisional, peguei algumas imagens sobre IST da internet e montei um material em Power Point, para a aula ficar mais interessante e eles conseguirem reter mais informações. Dentro das unidades prisionais as IST mais comuns de ocorrer são, HIV/aids e hepatite, entretanto, pude englobar outras doenças das quais eles questionaram bastante.

Dessa maneira, meus alunos chegavam em suas celas após as aulas contando e explicando para os seus companheiros sobre as doenças, e muitos professores das outras turmas e de outros conteúdos eram questionados sobre a temática. Decidimos que o projeto / aula seria realizado em todas as turmas e assim trabalhei até o final do ano de 2019.

Confirmada a pandemia da COVID-19, em 2020 e 2021, ficamos reclusos em casa, contatos sociais só em extrema urgência, o que também aconteceu com os privados de liberdade, que não podiam receber nem mesmo visita dos familiares. Os estudos passaram a ser de maneira remota e por meio de material enviados pelo governo, os PETs - Plano de Estudo Tutorado usado como principal ferramenta para atividades do ensino remoto na rede estadual, servindo como comprimento de contagem da carga horária dos estudantes, juntamente com atividades complementares desenvolvidas pelos professores. Assim, o projeto sobre as IST foi interrompido.

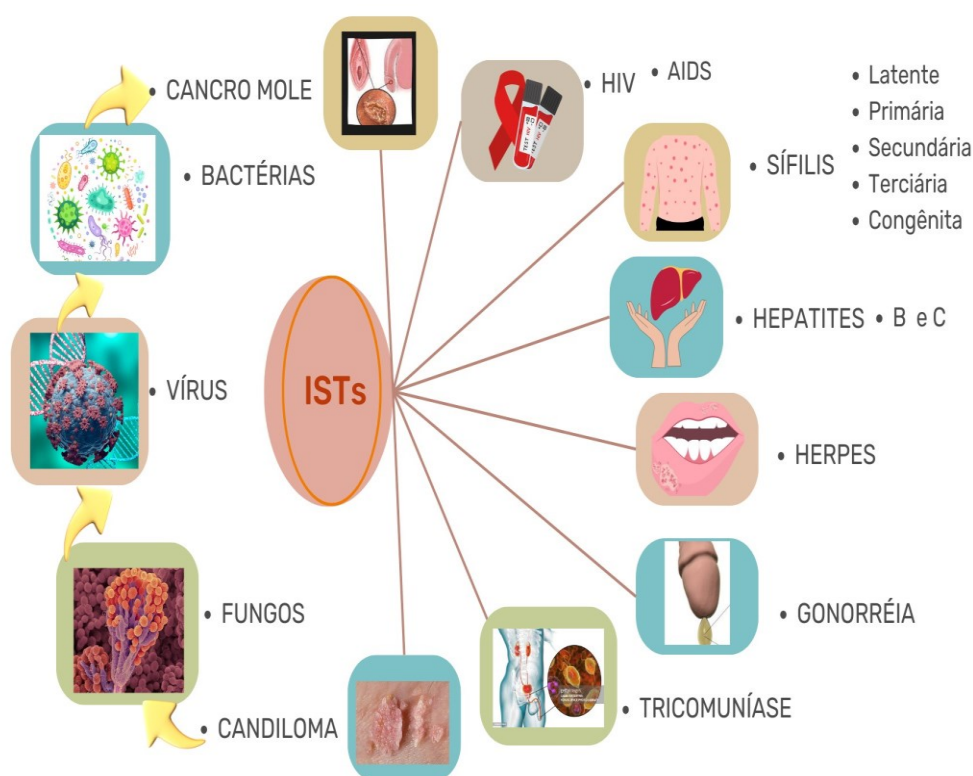
No presídio os PETs funcionaram da seguinte maneira: Cada professor organizava seu conteúdo, acrescentava o que fosse necessário para a realidade do aluno PL, pois não possuímos material específico para esse público, produzido pela SEEMG, depois de enviarmos por email, o diretor da escola e a pedagoga da ressocialização da unidade prisional, imprimiam entregavam para o Policial Penal o envelope com o material de cada aluno. Após 15 dias recolhiam o material, convocava o professor de cada conteúdo para ir até a unidade retirar o material para correção, mas cada professor com seu horário agendado devido à pandemia.

Em 2022 as aulas retornarem presenciais, houve mudança no nosso público de alunos PL, que passou do bloco dos segurados para bloco projeto Igreja Cristã com idade dos

18 anos até a 3ª idade. Especificamente neste ano, trabalhei com o conteúdo de Ciências nos I, II e III períodos finais fundamental e pude dar sequência ao meu projeto sobre IST. Como aconteceu anteriormente, esses alunos necessitam de muitas informações sobre a temática.

As turmas que não eram meus alunos questionavam outros/as professores/as. Porém, há vários/as professores/as que não se sentem seguros/as em abordar tais temáticas em suas aulas. Sexo, sexualidade, a importância e os métodos de prevenção da gravidez e de doenças, informações essenciais para todas as pessoas ao longo da vida adulta são assuntos que fazem parte da vivência de todos, mas que na escola são restritos às aulas de Ciências/Biologia. Diante disso, as explicações ficam voltadas para o conteúdo Ciências e o meu projeto vou aplicando em todas as turmas desde o fundamental (alfabetização), fundamental II e ensino médio.

**Figura 4:** Mapa mental elaborada pela autora sobre os tipos mais comuns de IST.



Dando sequência ao meu projeto a partir das leituras, das discussões e das experiências vivenciadas ao longo do mestrado profissional. Por exemplo, elaborei um mapa mental (Figura 4), que antes do mestrado eu nem tinha noção do que era. Deixei-os mais



instigantes e ao começar o conteúdo em sala, eu procurei fazer questionamentos sobre o que eles já sabiam sobre o assunto. Diante disso, pesquisei alguns vídeos para dar ênfase ao que eu estava explicando, também tivemos aulas dialogadas em forma de debate de roda de conversa, e a cada IST apresentada eu conseguia identificar como eu iria contribuir para melhor entendimento do assunto.

A minha interação com os alunos sempre foi muito respeitosa e, esse respeito era percebido por ambas as partes. Quando eu entrava em algumas salas, os alunos já sabiam que falaria sobre as doenças e, percebi que eles ficavam esperando pela minha aula. Como eu não tenho nenhum problema em falar sobre esse tipo de assunto, surgiam perguntas vindas de outros detentos, como por exemplo: a mulher menstruada pode engravidar? Sífilis tem cura? As mãos do meu colega de cela estão com muitas manchas, pode ser Sífilis? Hepatite só é contraída por meio de sexo? O meu amigo lá do outro bloco, quer saber se sexo anal ou oral transmite doença! Ah! Dona Silvana, agora podemos transar com qualquer pessoa sem camisinha, depois é só ir às UBSFs e tomar aquele coquetel! Diante desses questionamentos que eu percebo o quanto esses alunos e, provavelmente a população jovem em geral, precisam de instruções sobre cuidados sobre as IST que não foram acessadas na idade correta.

Não me esqueço deles depois me contando que estavam “dando aula de Ciências” para os outros colegas de cela. Outros alunos traziam relatos de que as esposas não têm conhecimentos sobre período fértil, que é um conteúdo simples e que eles aprenderam e estavam ensinando para elas no dia de visita familiar. Outros alunos diziam que passaram a separar o material para o uso pessoal daquele que emprestavam para o colega de cela. Diante das participações em sala e dos relatos trazidos das celas, consigo avaliar a aprendizagem de cada um e o quão importante foi trabalhar o assunto.

Segundo Freire; Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ontem que se pode melhorar a próxima prática. (FREIRE, 1996, p.18).

É gratificante ver que eu consegui trabalhar estes conceitos de forma diferente e relevante para a turma, podendo acrescentar um pouco mais de conhecimentos para essas pessoas que são tão discriminadas perante a sociedade e até mesmo pelo poder judiciário.

Ali dentro daquelas celas existe um ser humano dotado de muitos talentos que por algum motivo não teve a oportunidade de desenvolver ao longo de sua vida.

## **6) o produto educacional**

A compreensão dos limites da prática educativa demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação ao seu projeto. Demanda que o educador assuma a politicidade de sua prática. Não basta dizer que a educação é um ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação. Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de a favor de quem pratico. (FREIRE, 1995, p.46).

O produto educacional elaborado a partir das reflexões apresentadas nesta dissertação é intitulado “Abordagem sobre as infecções sexualmente transmissíveis: conhecendo a prevenção, os riscos e os cuidados necessários”. Ele foi pensado como uma sequência de orientações para que o/a professor/a de Ciências/Biologia que atue na EJA possa conduzir atividades sobre as ISTs com sua turma.

O produto tem como objetivos fornecer informações atualizadas e corretas sobre as principais ISTs, formas de transmissão, prevenção e tratamento; promover a reflexão e discussão sobre comportamentos de risco e estigma relacionados às ISTs e, desenvolver atividades pedagógicas que facilitem a aprendizagem e a conscientização dos alunos sobre as ISTs. O produto apresenta sugestão de leituras, rodas de conversa, acesso a consulta de sites, como do Ministério da Saúde ou de um blog que explica o significado de cada uma das letras da sigla LGBTQIAPN+. Há ainda a sugestão de vídeos com orientações sobre preservativos masculinos e femininos, além de imagens, esquemas e propostas de avaliação para que os/as professores/as utilizam com suas turmas.

Na sequência, apresento algumas telas para exemplificar o produto – que está disponível de forma pública no repositório da Educapes (<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740537>). Nas figuras 5 e 6 apresento prints de telas do produto educacional e na figura 7 apresento telas dos vídeos sugeridos sobre preservativos.

Figura 5: Trechos do Produto educacional Abordagem sobre as infecções sexualmente transmissíveis: conhecendo a prevenção, os riscos e os cuidados necessários.

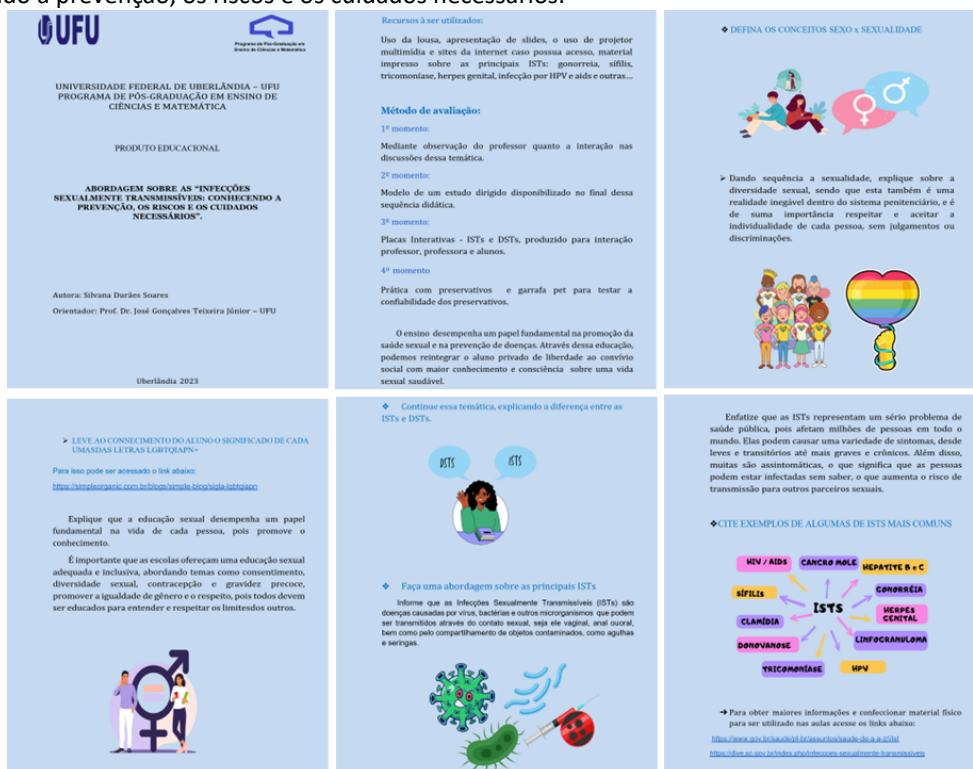
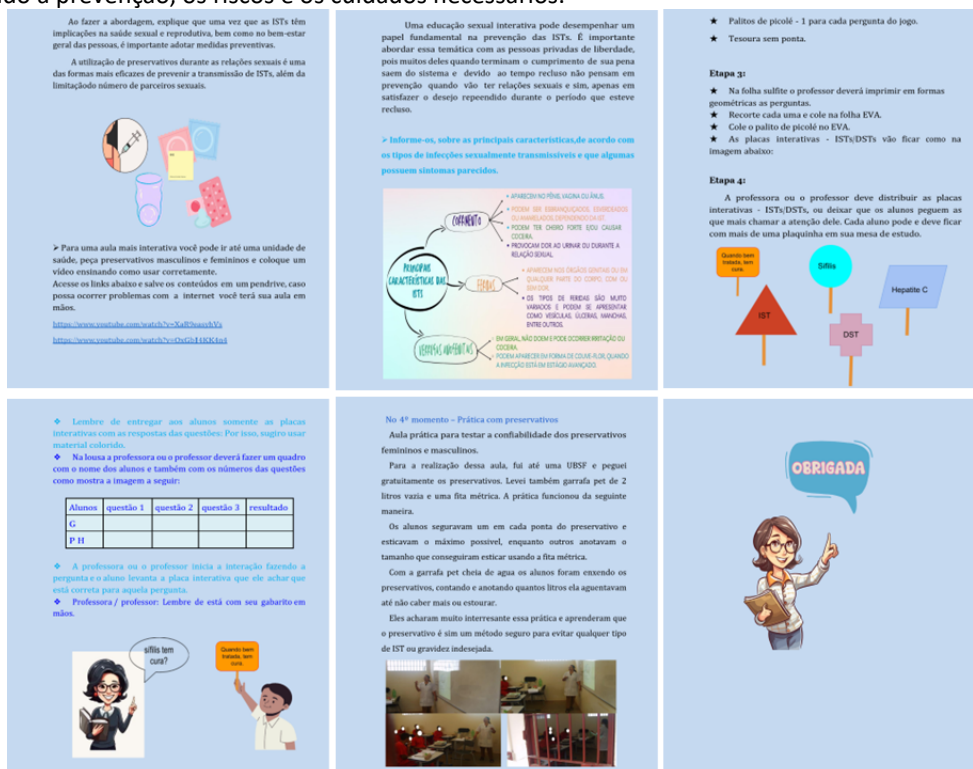


Figura 6: Outros trechos do Produto educacional Abordagem sobre as infecções sexualmente transmissíveis: conhecendo a prevenção, os riscos e os cuidados necessários.



**Figura 7:** Imagens de trechos dos vídeos sugeridos no Produto educacional para explicar o uso de preservativos masculino e feminino.



Fonte: Imagem superior: Retirada do canal do Dr. Diego Di Marco – ginecologista, com um vídeo postado em março de 2021, intitulado “Você sabe mesmo como colocar a camisinha?”

<https://youtu.be/XaR9easyhVs?si=uqoKMakjtP1M4pHr>. A imagem inferior foi retirada de um vídeo intitulado “Camisinha feminina: tudo o que você precisa saber”, publicado em março de 2019, pelo Jornal O Globo. [https://youtu.be/OxGbj4KK4n4?si=3\\_Tn9Z2tK5ZxOSK6](https://youtu.be/OxGbj4KK4n4?si=3_Tn9Z2tK5ZxOSK6).

O produto educacional foi enviado para análise de professores de Ciências/Biologia, que atuam na EJA, por e-mail. Eles tiveram pelo menos uma semana para análise. Na sequência, eles enviaram comentários a respeito de suas impressões sobre o material. A seguir, apresento alguns relatos de duas professoras e de dois professores de Ciências/Biologia que atuam na EJA e analisaram o Produto Educacional. É importante destacar que, apesar de não ter elementos que possam constranger os participantes, optei por substituir os nomes por professora A, professora B, professor C e professor D a fim de garantir o anonimato. Como informado na metodologia, cursaram licenciatura em Ciências Biológicas e tem experiências na educação básica tanto no ensino regular como na EJA. Além disso, todos cursaram mestrado. Destaco ainda que todos foram ou ainda são meus colegas na educação básica, em escolas estaduais na cidade de Uberlândia. Por isso, tive liberdade

de fazer o pedido para que participassem desta etapa da minha formação. Outra informação importante é que a professora A é docente no sistema prisional e, para minha surpresa decidiu aplicar o material com seus estudantes, como será relatado a seguir.

O produto educacional foi enviado por e-mail aos professores e à professora, que tiveram pelo menos uma semana para análise. Na sequência, eles enviaram comentários a respeito de suas impressões sobre o material.

*Adorei o material, é um tema que eu gosto muito de trabalhar. Eu adorei a sequência didática até porque você utilizou diferentes recursos metodológicos, desde site, de material, impressa e tal. É legal porque você aborda o conceito sexo e sexualidade. Gostei bastante, porque você não fica só restrito à questão de doença e infecção. Você abrange de uma forma mais geral, trazendo a possibilidade do professor abordar outros aspectos, até para fugir um pouco da ideia de abordar só contracepção, de doença... e de entrar um pouco em diversidade sexual. Isso é legal e o seu o material traz essa possibilidade de discussão na sala de aula. (Prof. C)*

*Gostei muito do material, principalmente porque tudo que vi até hoje sobre IST vai sempre na direção do Previne! Use camisinha! Ou ainda de trazer imagens assustadoras para assustar os estudantes com órgãos sexuais com verrugas, sangramentos, feridas, pus... Quando você me pediu para analisar, achei que era isso o que eu iria encontrar e fiquei muito surpreso quando vi algo diferente, que não tem o objetivo de gerar um trauma nos estudantes. Então, eu não tenho sugestões de melhorias. Porque eu gostei muito do seu material. Parabéns! (Prof. D)*

*Quando eu fazia mestrado, cursei uma disciplina sobre educação sexual. Numa das atividades a gente analisou nos livros didáticos essa discussão. E eu percebi que era uma abordagem muito negativa, com imagens muito fortes, uma coisa que seu material aqui aparentemente não tem. Nos livros didáticos, as imagens causavam repulsa nos estudantes, inclusive repulsa em relação ao sexo mesmo, parece que a gente queria ensinar educação sexual por trauma. Então, a gente percebia essa necessidade de usar imagens bastante drásticas, e hoje em dia a gente percebe que a gente pode trabalhar sobre isso de uma forma diferente. (Prof. C)*

*Uma coisa que eu gostei no seu material é que você toma cuidado com o uso das palavras. Porque na EJA a gente tem que usar palavras mais simples e o seu trabalho foi elaborado com termos muito simples, bem acessível. Então eu acho que vai ser de fácil entendimento para os alunos da EJA. Além disso, ele tem muitas imagens e é muito colorido e isso chama muita atenção. Você colocou a parte principal de cada coisa que o estudante precisa saber. Então, eu gostei muito do seu material. Ficou muito bom. Muito legal mesmo (Profa. B).*

Percebe-se nestas falas que a professora B e os professores C e D identificaram elementos positivos no material proposto, como a linguagem adequada aos estudantes da EJA, o uso das imagens evitando a repulsa e os conceitos abordados. Entretanto, o comentário que mais chamou a atenção foi a fala da professora A, pois esta resolveu aplicar o produto educacional em sua turma, como se segue:

*Vou te confessar que eu apliquei o material com meus alunos. Como eu atuo também na EJA do sistema prisional, resolvi testar para ver como meus alunos lidariam com o material em sala de aula. E eu classifico como um sucesso, pois as informações vieram atender a necessidade e às curiosidades dos meus alunos. Vejo que falta conhecimento sobre esses assuntos na maior parte dos detentos, então, seu material alcançou o objetivo. Ele possibilita esclarecer muitas dúvidas, desmistifica muitas coisas e tirou muitas dúvidas. E essas dúvidas os deixavam muito inquietos, em várias aulas sobre outros assuntos surgiam questionamentos sobre assuntos que foram possíveis abordar a partir deste material na sala de aula. Então foi muito proveitoso. Creio que também vai ser um material de fácil entendimento para outros professores e outros alunos, com questões de execução na sala de aula muito boas, porque a gente não tem todos os recursos necessários para poder trabalhar de forma diferente na sala de aula, mas de acordo com a realidade do sistema prisional, foi muito válido e eu não tenho o que criticar. Tenho só quer elogiar, porque realmente é um projeto bem acessível. Penso inclusive que ele pode ser trabalhado em outras turmas da EJA, fora do sistema prisional, porque ele é de fácil entendimento. (Profa. A)*

Fiquei feliz com o resultado, pois fica evidente que o produto tem aplicabilidade em outras turmas – uma vez que ela é fruto das experiências que vivenciei com minhas turmas. Com o relato da professora A, verifica-se que, a partir do produto, foi possível esclarecer

dúvidas dos estudantes, a partir de uma proposta acessível aos profissionais que atuam na EJA no sistema prisional.

Nas falas das professoras e dos professores não foi possível identificar nenhum elemento relacionado à crítica ao produto educacional proposto e, em relação às sugestões de melhorias, apenas o professor C apresentou algumas contribuições:

*Achei interessante que você já usou a terminologia correta, que é IST e não DST. Vejo que tem muitos materiais que ainda trazem DST. Outra coisa que é importante ter atenção é em relação à HIV/AIDS. Depois eu sugiro que você verifique isso com cuidado. Porque quando fala da AIDS, já é o estágio final da doença. E o HIV é a infecção. Tipo o HPV... Acho que você pode colocar infecção por HIV, igual você colocou infecção por HPV. (Prof. C)*

*Se você tiver tempo, acho que seria interessante incluir uma discussão sobre HPV, porque tem muita ênfase no câncer, no câncer de colo de útero, eu acho que é importantíssimo e eu traria uma discussão e incrementaria a discussão sobre a correlação do vírus do HPV com outras bactérias como a da sífilis, como a gonorreia, a sífilis e da clamídia. Então, a gente tem percebido que a correlação do HPV com outras associadas com câncer de boca e de garganta e, que também é transmitida sexualmente. Então, acho que seria interessante ampliar essa parte no seu produto (Prof. C).*

Estas considerações foram analisadas juntamente com as considerações apontadas pela banca de defesa e as correções foram realizadas no produto final, antes da publicação no repositório da Educapes. Desta forma, espero que, assim como sugerem Rizzatti e colaboradores (2020), outras professoras e professores de Ciências e Biologia que atuam na EJA e tenham acesso a este produto educacional tenham liberdade de utilizá-lo e reutilizá-lo, revisando, adaptando, modificando, combinando, produzindo, dando novos sentidos e compartilhando a partir de suas necessidades e de suas turmas.

## Considerações finais

Este trabalho é uma autorreflexão de minha vida profissional dentro de um sistema prisional. Sei que a qualquer momento posso não conseguir designação para este local. No entanto levo comigo e, imagino que levarei por toda minha vida os aprendizados vivenciados ali dentro, pois ao mediar conhecimentos específicos sobre a matéria na qual sou habilitada, tive a oportunidade de conviver com pessoas que foram privadas de sua liberdade e que buscam nos estudos oportunidades de melhoria para sua vida após o cumprimento de sua pena.

Durante essa minha trajetória profissional prisional, entendi um pouco como funcionam as leis, principalmente para os menos favorecidos que ali estão enclausurados. Muitos que se encontram no presídio do Triângulo Mineiro são de outros estados ou cidades distantes, ou seja, não possui familiar para fazer uma visita ou ajudar na aquisição de medicamentos, alimentação ou material de higiene pessoal. Estes dependem da colaboração de seus colegas de cela ou da espera de que o Estado reveja sua situação, deslocando-o para algum presídio mais próximo de seus familiares, o que muitas das vezes demora bastante, ocasionando assim uma superlotação local.

Como professora ressocializadora, busco sempre elevar a autoestima por intermédio do aprendizado para meus alunos privados de liberdade. Porém, tenho percebido que somente ressocializar por intermédio da educação ou de cursos profissionalizantes, dentro do presídio não é o bastante. Penso que deveria existir mais empenho nas leis. Que estas dessem condições de trabalho para quando a o privado de liberdade fosse reintegrado a sociedade, pois ele passa longo período de sua vida recluso, quando tem o direito à liberdade fica sem saber o que fazer, embora tenha concluído os estudos ou feito um curso profissionalizante, ele tem um histórico criminalístico, que muitas empresas não aceitam, diante essas recusas, voltam a ser reincidentes no crime.

Por vezes encontro alguns ex-alunos em algum bairro da cidade, em um estabelecimento comercial. Alguns vêm conversar comigo, querem me contar o que estão fazendo, trabalhando, estudando... Entretanto, sei que há outros que não conseguiram mudar sua vida ou que não conseguiram encontrar empregos e estão nas esquinas da cidade, nos sinaleiros, com péssimas condições de higiene e pedindo esmolas. Alguns ex-



alunos me encontram nas redes sociais e afirmam que tiveram outra visão do mundo e que seguem por caminhos corretos, que aprenderam com os erros. Alguns eu até acompanho as postagens, observo que encontraram atividades profissionais e seguem pelo “caminho do bem”. Acredito que muitas destas mudanças podem ter ocorrido em função dos processos de escolarização.

Especificamente neste ano de 2023 continuo trabalhando na mesma unidade prisional, como professora alfabetizadora. Continuo com o projeto sobre IST, pois cada dia observo a necessidade que eles têm com relação às compreensões a respeito da prevenção e tratamento de infecções e doenças. São oito anos de trabalho nesta unidade prisional, como dizem meus alunos, “eu vivo no semiaberto”. Durante esses anos já tive a oportunidade de ver muitos indo embora e voltar em pouco espaço de tempo ou horas, enquanto outros optaram por acreditar no que nós professores incentivamos por meio da escola e não voltaram, acreditaram que poderiam mudar, recomeçar, e assim seguem em busca de melhoria.

Percebo que o sistema é falho, que o ser humano é falho. Penso que seja possível uma melhoria na maneira de corrigir alguns problemas no sistema prisional, em especial nos processos relacionados à escolarização das pessoas privadas de liberdade e, mais ainda no que diz respeito ao conhecimento destes em relação à prevenção de IST. Por isso, é importante que ocorra mais iniciativas conjuntas entre as escolas, o sistema de saúde e o sistema de segurança visando ampliar estas medidas.

Quanto ao questionamento inicial sobre essa pesquisa relacionados a “Quais os limites e as possibilidades para a construção de uma sequência didática sobre ISTs desenvolvida com estudantes da EJA privados de liberdade?” Os limites dentro do sistema prisional existem no sentido dos alunos não conseguirem fazer uma pesquisa proposta pela professora por falta de material físico nas celas e por não ter acesso ao mundo digital. O material foi elaborado pensando na possibilidade e na necessidade de trabalhar a temática e os questionamentos dos alunos em sala de aula, sendo que este foi enviado para colegas de profissão, os quais avaliaram de maneira positiva, tanto de ilustrações como de escrita, como de fácil entendimento para o professor aplicar uma aula teórica e prática na abordagem do assunto.

Espero que o produto educacional fruto desta dissertação possa auxiliar outros professores e outras professoras que atuem na escolarização de jovens e adultos, mesmo que não seja especificamente para aqueles e aquelas privados/as de liberdade, uma vez que há poucos materiais sobre IST voltados para esta faixa etária. Além disso, entendo que há docentes que tenham dificuldades em abordar tais conteúdos seja por falta de acesso a materiais específicos, dificuldades em abordar temas polêmicos ou em função de algum aspecto relacionado à sua formação inicial ou continuada. Por isso, espero que o produto possa subsidiar importantes reflexões para professores e professoras de Ciências, assim como foi para minha formação e atuação profissional.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, J. O ensino de ciências na educação de jovens e adultos em escolas da rede municipal de Porto Alegre/RS. **Dissertação** (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- ARAÚJO, P. F. Saúde reprodutiva e comportamentos sexuais de mulheres presas no Brasil. **Tese** (Doutorado em Saúde Pública) Universidade Federal do Ceará, 2021.
- ARAÚJO, Y. D. W. S. Enfoque ciência tecnologia sociedade e ambiente para o ensino de Biologia na Educação de Jovens e Adultos. **Dissertação** (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) Universidade Estadual da Paraíba, 2021.
- ARROYO, M. G. **Da escola carente à escola possível**, São Paulo: Ed. Loyola, 1986.
- BAPTISTA, C. J. Perfis de vulnerabilidades e prevalência de comportamentos de risco para DST/HIV/AIDS: estudo com adolescentes de Escolas Públicas de Montes Claros Minas Gerais, Brasil 2008/2009. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Saúde) Universidade Federal de Minas Gerais, 2011
- BÄR, M. V. As demandas educacionais presentes na EJA: um olhar etnográfico para o ensino de Ciências. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2020.
- BARCELOS, C. S. Sistema penitenciário federal: o encelamento do ensino. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020.
- BARROS, J. D. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 9, n. 1, p. 1-27, 2012.
- BARSANTE, D. J. C. Automedicação: proposta de um jogo paradidático na educação de jovens e adultos. **Dissertação** (Mestrado em Ensino de Ciências) Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.
- BATISTA, D. E. Concepções e instrumentos de avaliação da aprendizagem na prática de professores (as) de ciências na Educação de Jovens e Adultos. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba, 2021.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 7.209, Código Penal**. Brasília, 1984a.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 7,210, Lei de Execução Penal**, Brasília, 1984b.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 2/10**. Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução N. 2/2010**. Diretrizes Nacionais oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Brasília: CNE, 2010. Disponível em [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECEBN22010.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN22010.pdf). Acesso em agosto/2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PENAIIS Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN. **Relatório do 13º Ciclo - INFOPEN**, Brasília, 2022. Disponível em <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/brasil>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Infecções Sexualmente Transmissíveis**. Brasília, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/i/ist>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas na população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 126p. Disponível em [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa\\_conhecimentos\\_atitudes\\_praticas\\_populacao\\_brasileira.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_conhecimentos_atitudes_praticas_populacao_brasileira.pdf). Acesso em Agosto/2023.

CAÑETE, L. S. C. O diário de bordo como instrumento de reflexão crítica da prática do professor. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010

CARVALHO, D. S. Concepções, currículos e práticas dos professores de Ciências da educação de Jovens e Adultos na rede municipal de São Gonçalo. **Dissertação** (Mestrado em Ensino de Biologia) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa Narrativa**: experiências e histórias na pesquisa qualitativa. Trad. Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU-Uberlândia: EDUFU, 2011
- CONTE, C. M. C. O cotidiano doméstico e a Educação de Jovens e Adultos: uma proposta de atividades para os anos finais do Ensino Fundamental. **Dissertação** (Mestrado em Ensino de Ciências) Universidade de Brasília, 2021.
- COSTA, A. C. P. J. Plantão educativo para a prevenção de DST/HIV/AIDS com adolescentes escolares. **Dissertação** (Mestrado em Enfermagem) Universidade Federal do Ceará, 2013.
- CUNHA, M. A.; COUTINHO, P. O. A pesquisa narrativa como pesquisa-formação. **Educação Temática Digital**, v. 25, e023015, p. 1-6, 2023.  
<https://doi.org/10.20396/etd.v25i00.8670344>
- DANTAS, L. M. D. A escolarização de adolescentes privados de liberdade: desafios e perspectivas para a Educação em Direitos Humanos. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos), Universidade Federal da Paraíba, 2017.
- DIAS, D. F. Educação sexual: uma proposta para a Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental II. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática) Universidade Federal de Uberlândia, 2021.
- ESTEVES, L. C. G.; PINHEIRO, D.; CORREIO, E. R. A. Direito à educação de jovens privados de liberdade: conquistas e desafios. **Imagens da Educação**, v. 9, n. 1, e44500, p. 25-41, 2019.  
<https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v9i1.44500>
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo. Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, L. V. Avaliação de propostas educativas para a prevenção de DST/HIV em adolescentes : uso isolado e combinado de tecnologias. **Tese** (Doutorado em Enfermagem) Universidade Federal do Ceará, 2014.
- GENZ, N. Conhecimento dos adolescentes sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis. **Dissertação** (Mestrado em Enfermagem) Universidade Federal de Pelotas, 2014.

- GOIS, J. G. Fatores associados a infecção pelo HIV em pessoas privadas de liberdade: um estudo de caso-controle. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Aplicadas à Saúde) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2021.
- IRELAND, T. D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios, **Em Aberto**, v. 1, n. 1, p. 19-42, 2012. Disponível em [https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit\\_accion\\_files/br\\_0553.pdf](https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/br_0553.pdf)
- LAMBACH, A. O ensino de ciências nos anos iniciais da educação de jovens e adultos (EJA): contextos da realidade para o desenvolvimento de uma proposta didática. **Dissertação** (Mestrado em Formação Científica, Educacional e Tecnológica) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2022.
- LÔBO, M. P. Vulnerabilidade para IST/aids em mulheres encarceradas. **Tese** (Doutorado em Enfermagem) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.
- MARIANI, F.; MONTEIRO, F. M. A. A pesquisa narrativa na formação de professores: aproximações que se potencializam. **Roteiro**, v. 41, n. 1, p. 109-134, 2016. <http://dx.doi.org/10.18593/r.v41i1.8878>
- MARTINS, N. V. D. N. Vulnerabilidades às Infecções Sexualmente Transmissíveis de mulheres privadas de liberdade em Santarém-Pará. **Tese** (Doutorado em Enfermagem em Saúde Coletiva) Universidade de São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.7.2020.tde-12122019-143809.
- MENDES, P. O. S. P. Adolescência, gênero e AIDS nos significados atribuídos por jovens de três escolas de Florianópolis. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- MESQUITA, G. F. Abordagem das infecções sexualmente transmissíveis no ambiente escolar: uma reflexão baseada no processo de ensino-aprendizagem. **Dissertação** (Mestrado em Ensino de Biologia) Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- MOREIRA, M. A. Quebrando os silêncios das histórias únicas: as narrativas profissionais como contranarrativas na investigação e formação em supervisão. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 11-29, ago./dez. 2011.
- NEVES, S. S. O ensino de ciências nos níveis fundamental e médio da educação de jovens e adultos (EJA) a partir de temáticas de fronteiras: uma proposta interdisciplinar.

**Dissertação** (Mestrado em Formação Científica, Educacional e Tecnológica) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020.

NOGUEIRA, S. E. P. Diálogos de professoras da educação de jovens e adultos: práticas pedagógicas no norte pioneiro paranaense. **Dissertação** (Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2023.

OLIVEIRA, G. M. B. Objeto de aprendizagem multimídia aplicado a dispositivos móveis: uma proposta para o Ensino de Ciências na Educação de Jovens e Adultos. **Dissertação** (Mestrado em Ensino de Ciências) Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

OLIVEIRA, R. G. Jogo didático sobre prevenção da gravidez e infecções sexualmente transmissíveis para escolares adolescentes. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil) Universidade Franciscana, 2022.

ONOFRE, E. M. C. Desafio histórico na educação prisional brasileira: ressignificando a formação de professores... um quê de utopia? **Revista HISTEDBR**, n.47, p. 205-219, 2012. <https://doi.org/10.20396/rho.v12i47.8640048>

PADOVANI, A. S.; RISTUM, M. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 4, p. 969-984, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000012>

PAIS, L. C. **Didática da Matemática**: uma análise da influência francesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

PIRES, C. M. C.; CONDEIXA, M. C.; NÓBREGA, M. J. M.; MELLO, P. E. D. Por uma proposta curricular para o 2º segmento de EJA. In: **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: Formação de Professores**, 1, 2002, Brasília, Simpósios do Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: Formação de Professores. Brasília, MEC, SEF, 2002. p. 299-305. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1e.pdf>.

PORTO, F. S. A Educação de Jovens e Adultos na formação inicial de professores de Ciências Naturais. **Tese** (Doutorado em Educação em Ciências) Universidade de Brasília, 2022.

REIS, C. G. F. A educação no sistema prisional brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista de Direito da Faculdade Sociedade Brasileira de Direito Público**, v. 18, n. 70, 2017, p. 1-20.

- RIZZATTI, I. M.; MENDONÇA, A. P.; MATTOS, F. RÔÇAS, G.; SILVA, M. A. B. V.; CAVALCANTI, R. J. S.; OLIVEIRA, R. R. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO: Docência em Ciências**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2020. <https://doi.org/10.3895/actio.v5n2.12657>
- ROCHA, K. A. A. Tecnologias educacionais para a promoção do autocuidado de adolescentes escolares sobre as infecções sexualmente transmissíveis. **Dissertação** (Mestrado em Enfermagem) Universidade Federal de Pernambuco, 2020.
- RODRIGUES, S. C. Avaliação das intervenções de educação em saúde sobre gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis em duas escolas do Município de Patos-PB. **Dissertação** (Mestrado em Saúde Coletiva) Universidade Católica de Santos, 2013.
- SILVA, A. M.; PAIXÃO, G. A.; TEIXEIRA JÚNIOR, J. G. A camisinha como temática para proporcionar uma aproximação entre ciência e sociedade em sala de aula: um relato de experiência. In: **Livro Digital de Resumos** do V Simpósio Mineiro de Educação Química e do IV QuiEncontro. p. 385-389, São João del Rei: UFSJ, 2019.
- SILVA, A. O. A problemática da abordagem das doenças sexualmente transmissíveis pelos professores de Ciências/Biologia de escolas públicas: uma realidade de Sorocaba. **Dissertação** (Mestrado em Educação nas Profissões da Saúde) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.
- SILVA, E. As funções do sistema prisional do Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís do Maranhão e suas contribuições para a ressocialização dos apenados. **Monografia** (Graduação em Direito). Faculdade do Estado do Maranhã. São Luís: 2017.
- SILVA, M. R. A problematização como estratégia didática no ensino de Biologia para privados de liberdade na modalidade educação de jovens e adultos. **Dissertação** (Mestrado em Ensino de Biologia) Universidade de Brasília, 2020.
- SILVA, R. T. Análise sobre o ensino das infecções sexualmente transmissíveis em escolas públicas de Minas Gerais. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Ensino de Biologia) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.
- STANKOWSKI, S. S. Tecnologia informativa para o autocuidado na prevenção da gravidez e Infecções Sexualmente Transmissíveis na adolescência. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil) Universidade Franciscana, 2020.



TEIXEIRA, C. J. P. **EJA e Educação Profissional**. BRASIL. MEC/SEED. Salto para o Futuro, Boletim nº 06, p. 16-32, 2007.

UNAIDS (JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS) **Marco Referencial para uma Resposta Nacional Eficaz**. HIV/AIDS em ambientes prisionais: prevenção, atenção, tratamento e apoio. Viena, ONU, 2007. Disponível em [https://www.unodc.org/documents/hiv-aids/07-85461\\_Prison\\_Framework\\_Portugese.pdf](https://www.unodc.org/documents/hiv-aids/07-85461_Prison_Framework_Portugese.pdf)

VELOSO, V. B. O direito à educação enquanto garantia de emancipação humana para adolescentes e jovens privados de liberdade. **Polyphonia**, v. 31, n. 1, p. 407-425, 2020 <https://doi.org/10.5216/rp.v31i1.66970>

VIANA, L. A. S. Infecções sexualmente transmissíveis: uma análise sobre o conhecimento dos alunos do ensino médio de uma escola pública do Vale do Rio Doce. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Ensino de Biologia) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

WIELEWSKI, J. M. A Formação Continuada do Professor da EJA/Fase I para o Ensino de Ciências: Um Olhar para Cascavel/PR. **Dissertação** (Mestrado em Educação em Ciências e Educação Matemática) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.